



Newsletter Alesc - Manhã

18/12/2025

Home > Colunistas > DC

Café com Ânderson: O ranking das transferências especiais do governo de SC

A quarta-feira começa com os destaques do Café

17/12/2025 - 09:16



Ânderson Silva
anderson.silva@nsc.com.br

Compartilhe:



(Foto: Arte NSC)

Bom dia! O Café com Ânderson desta quarta-feira, 17 de dezembro de 2025, está servido. Leia abaixo:

Transferências para os municípios

No ano de 2025, o governo do Estado repassou R\$ 850,4 milhões aos municípios por meio do conceito de transferências especiais voluntárias, inicialmente chamado de “PIX”. Em valores recebidos até o começo de dezembro, o município que lidera a lista é Concórdia, no Meio-Oeste, com R\$ 38,5 milhões. Na sequência aparecem Florianópolis, com R\$ 20,6 milhões, e Forquilha, com R\$ 20 milhões recebidos pelas prefeituras para obras e serviços.

Valores previstos

Em valores autorizados até o momento, que significam recursos carimbados, com pagamentos ainda não concluídos, a liderança da lista é de Criciúma. A previsão é de R\$ 209 milhões em recursos. Até agora, porém, foram recebidos R\$ 7,4 milhões, conforme o Portal da Transparência do governo do Estado. Na sequência do ranking de valores autorizados aparecem Florianópolis e Lages, com R\$ 159,2 milhões e R\$ 157,1 milhões, respectivamente. As transferências especiais, individualmente, não podem ultrapassar a casa dos R\$ 5 milhões.

Curiosidade

Nos dados disponíveis no Portal da Transparência, chama a atenção a cidade que mais recebeu valores de transferências do governo do Estado nesses três anos do governo Jorginho Mello. A liderança é de Chapecó, cidade que tem João Rodrigues (PSD) como prefeito, principal nome de oposição a Jorginho para a eleição de 2026. Até agora, dos R\$ 84,3 milhões autorizados, R\$ 54,2 milhões já foram pagos pelo governo do Estado, entre 1º de janeiro de 2023 e 3 de dezembro de 2025.

Olhos atentos

A quarta-feira (17) promete ser intensa no Senado, em Brasília. O senador catarinense Esperidião Amin (Progressistas) apresentará seu relatório sobre o chamado “PL da Dosimetria”, aprovado na Câmara dos Deputados e considerado uma alternativa à anistia para os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Nos bastidores de Brasília, a informação é de que Amin buscou, nas últimas horas, um consenso no Senado para evitar que o texto volte à Câmara dos Deputados.

Novos Quintos

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC) divulgou, nesta terça-feira (16), que já providenciou o envio de ofícios à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC) e ao Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), solicitando que as duas instituições adotem as providências necessárias à organização de suas respectivas listas sêxtuplas para as duas vagas de Quinto Constitucional abertas com o aumento do número de desembargadores aprovado recentemente. Os processos, tanto na OAB-SC quanto no MP-SC, serão iniciados somente em 2026.

CPI

Está confirmada para esta quarta-feira, a partir das 9h, a sessão da CPI do Crime Organizado, no Senado, que ouvirá o governador Jorginho Mello (PL) e o secretário de Segurança Pública, Flávio Graff. Os chefes das polícias, assim como a secretária de Justiça do Estado, acompanham a comitiva catarinense.

Assembleia

Nesta quarta-feira, às 15h, o presidente da Alesc, Julio Garcia (PSD), concederá uma coletiva de imprensa. O foco será o balanço das atividades de 2025 no Legislativo catarinense.

Organização e segurança

O Carnaval de rua de Florianópolis deve receber, em 2026, mais de 1,5 milhão de pessoas. Para garantir a segurança do público e a organização do espaço urbano, a HitMakers, braço do Grupo 4ZERO4 responsável pela execução do evento, trabalha há meses no planejamento do projeto e aproveita a experiência de eventos como a exposição *Cazuza Exagerado*, a maior já montada no País para homenagear um artista brasileiro, além da própria edição do Carnaval de Florianópolis 2025, considerada um sucesso.

Livro

A história de Cryslan Moraes, vereador mais votado da história de São José, está retratada em um livro lançado recentemente pela Dois Por Quatro Editora. A obra *“Cryslan – a coragem de correr atrás de sonhos”*, do jornalista Ricardo Medeiros, mostra que a trajetória do parlamentar vai muito além do recorde eleitoral, da carreira acadêmica ou das conquistas no esporte. No centro de sua história está uma ausência que o acompanha desde o nascimento: o pai biológico, que ele nunca conheceu.

Temas:

- Conteúdo Liberado
- Eleições 2026
- política

Julio Garcia diz que SC vive bom momento, mas pede avanços em infraestrutura e saneamento

Presidente da Alesc também confirmou que é pré-candidato a deputado federal em 2026

17/12/2025 - 19:59



Anderson Silva
anderson.silva@nsc.com.br

Compartilhe: 

(continued)

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), Junio Garcia (PSD), afirmou nesta quarta-feira (17) que o Estado vive um “bom momento”, com estabilidade institucional e harmonia entre os Poderes, mas alertou que Santa Catarina ainda enfrenta gargalos nas áreas de infraestrutura e saneamento. A avaliação foi feita durante coletiva de imprensa de balanço dos trabalhos do Legislativo em 2025.

Em números, o presidente ressaltou o crescimento expressivo da produção legislativa. Em 2025, foram protocolados 926 projetos de lei, sendo 146 de origem governamental e 780 de autoria parlamentar. Na comparação com 2024, o aumento total foi de 59%, com alta de 133% nos projetos do Executivo e de 52% nos parlamentares. Já o número de projetos aprovados superou o do ano anterior em 38,5%.

Veja fotos da coletiva

 1/1

(Foto: Jeferson Baldo / Agência AL)



(Foto: Jefferson Baldo / Agência AL)



(Foto: Jefferson Baldo / Agência AI)



(Foto: Jefferson Baldo / Agência AI)



(Foto: Jefferson Baldo / Agência AL)



(Este Informe Pide / Anuncia Al)

Segundo o presidente, a Assembleia encerra o ano cumprindo a meta de não deixar matérias relevantes pendentes para 2026, especialmente aquelas de interesse do governo.

Para ele, Santa Catarina se destaca nacionalmente pela convivência harmônica entre Executivo, Legislativo, Judiciário e instituições como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

- É um belo exemplo que, se fosse seguido no plano federal, certamente resultaria em um Brasil melhor - avaliou.

O presidente também anunciou que a Assembleia devolverá R\$ 403 milhões aos cofres do governo do Estado, resultado da economia orçamentária ao longo do ano. Além disso, garantiu a continuidade das bancadas regionais e das sessões itinerantes, mecanismo que, segundo ele, tornou o Legislativo mais eficiente ao permitir que deputados se organizem a partir dos problemas de cada região.

Prioridades para o Estado

Apesar do tom positivo do balanço, Julio Garcia foi enfático ao apontar entraves estruturais. Na avaliação dele, o governo estadual não avançou na velocidade necessária em infraestrutura e

Ele citou como exemplos de gargalos a BR-101 Norte, a BR-280, a duplicação da BR-282, a conclusão da BR-470 e o Morro dos Cavalos, que, segundo ele, começa a sair do papel após articulação da bancada federal catarinense.

No saneamento, o diagnóstico foi ainda mais duro. Garcia classificou como “vergonhosa” a baixa cobertura de tratamento de esgoto em Santa Catarina, incompatível com outros indicadores sociais e econômicos do Estado. Para ele, o tema deve ser prioridade já no início de 2026, com a busca de consenso entre Assembleia e governo, inclusive em torno de projetos em tramitação.

Como caminho para destravar investimentos, o presidente defendeu parcerias público-privadas tanto na infraestrutura quanto no saneamento. Segundo ele, a reeleição acaba dificultando decisões estruturais, que têm custo político no curto prazo.

- O segredo é contrato bem feito e fiscalização eficiente – disse, citando o Aeroporto Internacional de Florianópolis como exemplo positivo e a BR-101 Norte como um caso negativo.

Ao tratar do cenário eleitoral de 2026, o presidente reforçou que a antecipação do debate não partiu da Assembleia, mas de pré-candidaturas já colocadas. Segundo ele, mesmo em ano eleitoral, os trabalhos do Parlamento seguirão normalmente, com um calendário especial que garante o mesmo número de sessões e a deliberação de projetos sem prejuízo das atividades legislativas.

Por fim, ao falar sobre o próprio futuro político, Julio Garcia afastou especulações sobre outros cargos. Disse não ter provocação nem desejo além do já definido. Além disso, refutou a possibilidade de disputar a cadeira de vice-governador, como é uma das intenções de bastidor de alguns de seus aliados. Nello, 481.

– Meu projeto está definido: sou pré-candidato a deputado federal – afirmou, acrescentando que seguirá nesse caminho mesmo se surgir outro convite.

10

Home > DC > Política

O que prevê a lei que proíbe o Halloween em escolas públicas de SC

Projeto surgiu após denúncias em uma festa de Halloween em uma escola em Penha

17/12/2025 - 16:28



Nathalia Fontana
nathalia.fontana@nsc.com.br



Caroline Borges
caroline.borges@nsc.com.br

Compartilhe: [f](#) [X](#) [📧](#)



Festas que celebram a data ficam proibidas de ocorrer em escolas. (Foto: Banco de imagens)

O projeto que proíbe a comemoração do Halloween, também chamado de Dia das Bruxas, em escolas públicas de Santa Catarina, foi aprovado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) em um pacote com mais de 60 projetos no dia 10 de dezembro. A proposta estava tramitando há dois anos.

A lei segue agora para a sanção do governador Jorginho Mello (PL). A proposta é de autoria do deputado Marcos da Rosa (União Brasil), e “dispõe sobre a proibição da celebração do Halloween (Dia das Bruxas) nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina”.

O governo deve regulamentar a lei, definindo as regras proibitivas, fiscalização e possíveis punições. Com a aprovação do projeto de lei (PL), ficam proibidas:

- Celebrações, comemorações ou quaisquer atividades relacionadas às festividades, tanto no ensino fundamental, quanto no médio.

O que motiva a proibição

O autor do projeto citou na justificativa que a lei busca “resguardar a integridade cultural, ética e moral dos estudantes, bem como preservar os valores educacionais e familiares do Estado de Santa Catarina”. Ainda, o governo deve promover ações de conscientização sobre a importância e o respeito às tradições e valores culturais brasileiros, enfatizando a diversidade e a riqueza das festas locais.

O projeto surgiu depois de denúncias em uma escola em Penha, que realizou atividades em alusão ao Halloween que reproduziram cenas de morte e violência, em 2023. De acordo com o parlamentar, o ocorrido gerou apreensão entre familiares e alunos.

O deputado também citou outro episódio durante a votação. Em outubro deste ano, em Navegantes, alunos teriam participado de uma celebração de Halloween em uma escola com um simulacro de arma.

A lei foi aprovada sem o registro nominal no painel do plenário, ou seja, os votos favoráveis, contrários e abstenções não ficaram visíveis. Na transmissão da sessão, foi possível identificar nove votos contrários a proposta.

Qual a origem do Halloween

Apesar de ser amplamente conhecido por sua ligação com a cultura norte-americana, a festa de **Halloween** tem raízes no Reino Unido. O nome deriva de “All Hallows’ Eve”. “Hallow” é um termo antigo para “santo”, e “eve” é o mesmo que “véspera”.

Até o século 16, o termo era usado para a noite anterior ao Dia de Todos os Santos, celebrado em 1º de novembro. O Dia das Bruxas no formato atual se consolidou entre 1500 e 1800, com o uso de fogueiras para queimar o joio, que celebrava o fim da colheita, como símbolo do rumo a ser seguido pelas almas cristãs no purgatório ou para repelir a bruxaria e a peste negra.

Temas:

- Alesc
- Conteúdo Liberado



Sign in to confirm you're not a bot
This helps protect our community. [Learn more](#)

More videos on YouTube



Jorginho Mello apresenta modelo ...
48 views



PL da dosimetria avança e pode s...
214 views



Comentário Paulo Alceu: Estreia d...
821 views



Saneamento e infraestrutura são prioridade em entrevista na Alesc

📅 17 DEZ 2025 ÀS 19H16 ⌚ Atualizada em 17/12/2025 às 20h21

Compartilhe



A necessidade de ampliar os investimentos em infraestrutura e saneamento básico esteve no centro da entrevista coletiva concedida pelo presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Julio Garcia, na capital.

Fechar 🔒



ND Notícias 🔔

Economia, política e fatos do cotidiano são tema do jornal que abre espaço para debates que analisam o impacto de cada acontecimento importante em Santa Catarina.



BLOG

Leite, crédito e segurança no campo: quando a política mexe direto na porteira

Política e Agro dezembro 18, 2025

O agro encerra o ano sob um movimento claro de reorganização das regras do jogo.



No leite, um efeito dominó legislativo avança entre os principais estados produtores, redesenhando o mercado de laticínios e tentando frear uma crise que atravessou todo o ano.

No Congresso, a pauta agrícola fechou 2025 com balanço positivo no Senado, enquanto a Câmara acelerou projetos que mexem com crédito, investimentos, segurança no campo e tributação.

No mercado, o boi brasileiro assume a liderança global não só nas exportações, mas também na produção.

E, em Santa Catarina, políticas estaduais reforçam a proteção da lavoura diante de um cenário climático cada vez mais imprevisível.

É o agro ajustando regras, contas e estratégias – dentro e fora da porteira.

Leite no centro do tabuleiro

O ano termina com o leite novamente no centro da agenda política. Um movimento coordenado entre estados produtores vem avançando com leis que **proíbem a venda de leite fluido produzido a partir de leite em pó importado**, prática conhecida como reconstituição. A ofensiva busca proteger a renda do produtor local e combater o que o setor classifica como concorrência desleal.

A lógica é simples: ao usar leite em pó importado – sobretudo da Argentina e do Uruguai – para reidratar e vender como leite UHT ou pasteurizado, a indústria reduz a compra do leite in natura brasileiro, derrubando preços no campo e empurrando produtores para fora da atividade.

Goiás sanciona e puxa o efeito dominó

Goiás foi o estado mais recente a transformar o discurso em lei. O governador Ronaldo Caiado sancionou a legislação que veta integralmente a prática da reconstituição para venda como leite fluido. A medida veio após a entrada de 649 toneladas de leite em pó no estado apenas em 2024, drenando cerca de US\$ 2 milhões da economia local.

Para o governo goiano, trata-se de preservar empregos, renda e garantir que o consumidor leve para casa um produto nacional e fresco.

Santa Catarina avança com texto rigoroso

Em Santa Catarina, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei de autoria dos deputados Altair Silva (PP) e Oscar Gutz (PL), que agora aguarda sanção do governador.

O texto catarinense é um dos mais duros do país: prevê **apreensão do lote, multa dobrada em caso de reincidência** e até **cassação da inscrição estadual** da indústria que descumprir a regra.

A Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc) trata a medida como um divisor de águas diante de um cenário em que o produtor vinha operando no prejuízo.

Paraná já fechou a porta

O Paraná saiu na frente e hoje serve de modelo. Com legislação já vigente e regulamentada, o estado fechou as portas para a venda de leite fluido reconstituído a partir de produto importado. Como um dos maiores produtores do país, o movimento paranaense deu peso político à reação e acelerou iniciativas nos estados vizinhos.

Minas e Rio Grande do Sul na fila

Minas Gerais, maior bacia leiteira do Brasil, e o Rio Grande do Sul têm projetos em tramitação avançada. A pressão de entidades como FAEMG e Farsul cresce, e a expectativa é que ambos sigam o mesmo caminho ainda neste semestre, consolidando um verdadeiro cinturão de proteção ao leite nacional nas principais regiões produtoras.

A conta que não fecha no campo

Durante a tramitação em Santa Catarina, números escancararam o problema:

- **Custo médio de produção:** cerca de R\$ 2,50 por litro;
- **Preço recebido pelo produtor:** entre R\$ 1,60 e R\$ 1,80;
- **Prejuízo:** quase R\$ 1,00 por litro.

A avaliação do setor é que, sem correção dessa distorção, o êxodo da atividade leiteira se tornaria irreversível. Agora, com as leis estaduais, a expectativa é de retomada da demanda por leite cru nacional e algum fôlego nos preços pagos ao produtor.

Senado fecha 2025 com balanço positivo

No Senado, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) encerrou 2025 com 28 propostas aprovadas, 54 requerimentos deliberados e 15 audiências públicas realizadas. Sob a presidência do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), a comissão se consolidou como uma das mais ativas da Casa.

Entre os destaques estão o novo marco do Licenciamento Ambiental e projetos voltados ao fortalecimento do cooperativismo, crédito rural e segurança jurídica no campo.

Para 2026, a regularização fundiária e os impactos do Plano Clima aparecem como prioridades.

Câmara destrava crédito da agricultura familiar

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o uso de **até R\$ 500 milhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO)** para cobrir operações de crédito do Pronaf.

A proposta amplia o acesso ao crédito para agricultores familiares sem criar nova despesa obrigatória, utilizando recursos já disponíveis no fundo. O texto segue para o Plenário.

Fiagros e FIIs: texto segue para sanção

Também foi aprovado o projeto que regulamenta a tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e dos Fundos do Agronegócio (Fiagros), dentro da reforma tributária.

O texto, que dá mais segurança jurídica aos fundos, define critérios para isenção e estabelece regras claras para tributação, agora aguarda sanção presidencial.

Porte de arma no imóvel rural avança

Outro projeto aprovado na CCJ da Câmara essa semana, prevê a concessão de porte de arma para proprietários e trabalhadores rurais, restrito aos limites do imóvel.

A proposta segue para o Senado e reacende o debate entre segurança no campo e o papel do Estado no combate ao crime rural.

Boi na cabeça

O Brasil não é apenas o maior exportador de carne bovina do mundo há mais de duas décadas. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o país assumiu em 2025 também a liderança como **maior produtor global**, com 12,35 milhões de toneladas, superando os americanos.

A liderança, no entanto, vem acompanhada de cautela: para 2026, o cenário é de empate técnico, em um mercado pressionado por clima, custos e exigências ambientais cada vez mais rigorosas.

Safra Garantida SC reforça a proteção das lavouras

Em Santa Catarina, o programa Safra Garantida entrou em operação no segundo semestre e já soma R\$ 845,6 mil em contratos, beneficiando mais de 600 produtores em 148 municípios.

O secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Chiodini, destaca que o programa é uma resposta direta aos eventos climáticos extremos.

“A nossa expectativa em 2026 é ampliar fortemente o Programa Safra Garantida, alcançando mais produtores. É uma resposta direta a quem trabalha pelo desenvolvimento rural em Santa Catarina”, afirma Chiodini.

O Safra Garantida SC oferece até R\$ 1.500,00 por produtor para custear a taxa de adesão ao Proagro Mais, seguro federal que protege agricultores de perdas causadas por eventos climáticos. O benefício atende agricultores enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de até R\$ 150 mil e com exploração de culturas alimentares.

O governo do Estado estima investir R\$ 84 milhões nos próximos dois anos em subvenção da taxa do adicional do Proagro Mais, para agricultores familiares. A meta é beneficiar mais de 56 mil produtores, cobrir 282 mil hectares e proteger uma safra estimada em R\$ 3,4 bilhões.

Os produtores interessados podem procurar os agentes financeiros credenciados para obter orientações e esclarecimentos. A adesão é feita diretamente nas agências ou nas cooperativas de crédito habilitadas.

Quando a lei tenta segurar o leite derramado

O agro termina o ano com a política tentando correr atrás do prejuízo.

No leite, estados avançam, onde a União patina.

No Congresso, o crédito anda, a segurança entra em pauta e o mercado ajusta números.

No campo, o produtor segue fazendo o que sempre fez: produzindo, mesmo com regra mudando no meio do caminho. A diferença é que, agora, a porteira também virou fronteira política.

Os colunistas são responsáveis pelo conteúdo de suas publicações e o texto não reflete, necessariamente, a opinião do site Upiara.

Política e Agro

Últimos posts

Anúncios e chamada para o mailing

INSCREVER

Assembleia encerra ano com recorde de projetos

Economia de recursos garantiu devolução de R\$ 403 milhões ao estado

18/12/2025 06:00 | Por Redação

f

in



A intensa atuação do Legislativo catarinense ao longo de 2025 foi o principal destaque da entrevista coletiva concedida pelo presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), deputado Júlio Garcia (PSD), na tarde de ontem. Ao fazer um balanço do ano, o parlamentar classificou o período como “proveitoso e produtivo”, marcado por recordes na apresentação e aprovação de projetos de lei.

Segundo Julio Garcia, a Alesc aprovou 530 proposições ao longo do ano, sendo 381 de autoria parlamentar. O número representa um crescimento de 59% em relação ao ano anterior e de 133% no volume de projetos de origem governamental. Para o presidente, os dados refletem um parlamento ativo e comprometido com o debate de temas relevantes para Santa Catarina. Uma palavra, segundo ele, define o ano legislativo: “Harmonia”.

Durante a coletiva, Julio Garcia também ressaltou que a Assembleia ampliou sua atuação para além da produção legislativa, fortalecendo ações de interesse social. Entre os exemplos citados estão o programa Alesc Inclusiva, que oferece oportunidades de estágio para jovens com deficiência; o Programa Antonieta de Barros, voltado a estudantes em situação de vulnerabilidade social; e o Programa de Responsabilidade Social, que reconhece iniciativas de empresas e instituições comprometidas com causas sociais. O presidente ainda destacou os investimentos realizados para fortalecer a comunicação social do Parlamento.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Devolução

Outro ponto enfatizado foi a devolução de R\$ 403 milhões aos cofres do Governo do Estado, resultado da economia na execução do orçamento do Legislativo ao longo do ano. Os recursos foram repassados ao Executivo durante 2025.

Julio Garcia também destacou a realização do programa Alesc Itinerante, que levou as atividades do Parlamento para o interior do estado em três momentos distintos. As sessões e reuniões das principais comissões técnicas ocorreram em São Miguel do Oeste, Mafra e Balneário Camboriú, nos meses de junho, agosto e outubro, com o objetivo de aproximar o Legislativo da população e abrir espaço para demandas regionais.

O presidente ainda valorizou o trabalho das bancadas regionais, que reúnem parlamentares de uma mesma região para discutir projetos considerados prioritários. Segundo ele, o modelo tem se mostrado eficiente para enfrentar problemas locais de forma articulada.

Questionado sobre a tramitação e aprovação de pautas consideradas polêmicas, especialmente no fim do ano legislativo, Julio Garcia defendeu a postura de neutralidade da presidência da Casa. Afirmou que cabe ao presidente conduzir os trabalhos com equilíbrio, votando apenas em situações de empate, e reforçou que a diversidade de ideias faz parte do processo democrático.

Ao abordar temas como infraestrutura e saneamento, o presidente fez críticas ao governo estadual, apontando lentidão na condução de obras estratégicas, como trechos das BRs 101, 280, 470 e 282. Julio Garcia defendeu a ampliação de parcerias público-privadas como alternativa para avançar nessas áreas e classificou como preocupantes os índices de saneamento em Santa Catarina, avaliando que não condizem com o nível de desenvolvimento do estado.

Quer receber notícias de Tubarão e região? [Clique aqui.](#)

DESTAQUES



GERAL

Doações beneficiam famílias de Tubarão



GERAL

Ação solidária beneficia crianças



GERAL

Acit encerra o ano com protagonismo regional

MAIS LIDAS

RECENTES

- Idosa perde quase R\$ 13 mil em golpe após compra pela internet
- Parque Diamante abre inscrições para oficinas culturais
- Professores reclamam de pedidos de relatórios
- Colisão frontal entre motos provoca morte
- Casal é preso após roubo e tentativa de golpe

COLONISTAS

- GIANNA CESCA**
Sucos nutritivos!!
- PEDRO HERMÍNIO**
Evite gato por lebre
- LÚCIO FLÁVIO**
Nove mil obrigados
- DA REDAÇÃO**
Maioria é ignorada
- RENATA DAL-BÓ**
A difícil arte da comunicação

MAIS COLONISTAS

Inicial > Destaques > Prefeita fiscaliza nova gestão do Hospital Regional Ruth Cardoso em reunião com o governo estadual

Destaques

Prefeita fiscaliza nova gestão do Hospital Regional Ruth Cardoso em reunião com o governo estadual

18 de dezembro de 2025



Encontro com representantes do governo municipal e estadual demonstra diálogo permanente na busca pela eficiência dos serviços para a população

Um encontro estratégico sobre o funcionamento do Hospital Regional Ruth Cardoso (HRRC) foi realizado entre a gestão municipal de Balneário Camboriú e a Secretaria de Estado da Saúde na tarde de terça-feira (16). Com objetivo de alinhar os novos fluxos de atendimento do hospital, que desde 8 de dezembro é gerido pelo governo estadual, foram discutidos desde a contratação de profissionais até o planejamento para a temporada do verão 2025/2026.

O encontro, realizado na sala de reuniões do HRRC, contou com a presença da prefeita Juliana Pavan, do secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi Silva, da secretária adjunta de Estado da Saúde, Cristina Pires Pauluci, do secretário da Casa Civil de Balneário Camboriú, Leandro Índio da Silva, e da secretária municipal de Saúde, Aline Leal.

Um dos pontos abordados na reunião foi o quadro de profissionais e Recursos Humanos (RH) do HRRC, sendo discutida a transição dos profissionais para a Organização da Sociedade Civil (OSC) Viva Rio. A gestão municipal questionou as pendências no sistema eSocial que ainda afetam alguns colaboradores, e o Estado confirmou que as contratações em áreas críticas estão em fase de finalização, para normalizar o quadro.

Outro tema foi o Pronto Socorro Estadual e a questão da alta temporada de verão, sendo reforçada a necessidade de um preparo rigoroso da porta de entrada do PA para absorver o aumento do fluxo turístico. Em relação às filas de espera, a gestão apresentou as demandas sobre o tempo de espera para exames de imagem, a fim de buscar soluções para agilizar os diagnósticos.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforçou que o HRRC passa por uma fase de adequações internas e, no momento, está sendo realizado levantamento detalhado das especialidades e o dimensionamento correto, para garantir que o atendimento de média complexidade seja pleno.

A prefeita Juliana Pavan ressaltou que mesmo com a estadualização do hospital, o governo municipal segue acompanhando os serviços prestados no local. “Nós estamos vendo de perto cada detalhe, desde a transição dos profissionais que atuam no Hospital Regional Ruth Cardoso até os atendimentos prestados para a população. A estadualização do hospital representa um avanço significativo, garantindo mais investimentos e condições para a saúde pública de toda a região”.

A SES informou ainda que está construindo um novo modelo de gestão para a região. Conforme os representantes estaduais, não há falta de medicamentos na unidade e o foco atual é a reorganização administrativa. As especialidades estão sendo mapeadas para que o atendimento seja otimizado dentro da nova estrutura regionalizada.

Estadualização do HRRC

O processo de estadualização do HRRC iniciou em junho deste ano, com a assinatura do Protocolo de Intenções por parte do governo do Estado e prefeitura. A partir disso, foram adotadas todas as medidas burocráticas para a concretização da transferência. Uma delas foi a aprovação e sanção da Lei Nº 5.050/2025, que autorizou, por parte do município, a transferência da estrutura, serviços e gestão do hospital ao estado. Em seguida, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) aprovou o projeto de lei que permitiu o estado a receber a doação.

Por meio do Decreto Municipal Nº 12.582/2025, foi instituído o Comitê Extraordinário, com integrantes comprometidos em acompanhar, fiscalizar e dar publicidade às ações do processo de estadualização do HRRC em Balneário Camboriú, presidido pelo representante do Observatório Social, Paulo Roberto Maurici.

No dia 8 de dezembro após o encerramento dos contratos do município para com o hospital, a OSC Viva Rio assumiu a administração do HRRC. O investimento previsto no HRRC é de mais de R\$ 533 milhões de reais ao longo de 60 meses. Somente para adequações, ampliações e melhorias, serão destinados R\$ 62 milhões nos primeiros 20 meses, além do aporte mensal de custeio operacional de R\$ 8 milhões.



Inicial > Destaques > Ano foi proveitoso e produtivo, afirma presidente da Alesc

Destaques

Ano foi proveitoso e produtivo, afirma presidente da Alesc

18 de dezembro de 2025



Presidente Julio Garcia destaca a aprovação de 530 projetos em 2025, harmonia política e a devolução de R\$ 403 milhões em economia aos cofres do Estado

FOTO: Jefferson Baldo/Agência AL

A intensa atividade do legislativo em 2025 foi destaque na entrevista coletiva do presidente da **Alesc**, **deputado Julio Garcia (PSD)**, na tarde desta quarta-feira (17). “Foi um ano proveitoso e produtivo, no qual a Assembleia bateu recorde de projetos apresentados”.

A produção legislativa foi dimensionada com a aprovação de **530 proposições**, das quais 381 com origem em propostas parlamentares. “Foram 59% de projetos a mais que no ano anterior, e 133% a mais de projetos governamentais”.

- Confira as fotos da coletiva de imprensa

Ele usou uma palavra para definir o ano: **“Harmonia”**. Julio Garcia aproveitou para lembrar que hoje o parlamento também desenvolve ações de interesse social. Citou o **Alesc Inclusiva**, que oferece estágios para jovens com deficiência, o **Programa Antonieta de Barros**, para jovens em situação de vulnerabilidade, e o **Programa de Responsabilidade Social**, que reconhece ações em favor de compromissos sociais de empresas e instituições. O presidente ainda valorizou o investimento em fortalecer a **Comunicação Social da Assembleia**.

O parlamentar também destacou que a Alesc devolveu para os cofres do governo do Estado **R\$ 403 milhões**, resultado da economia dos recursos do Parlamento estadual. Esse dinheiro foi destinado para o Executivo no decorrer do ano.

Alesc Itinerante e Bancadas Regionais

Além de sessões ordinárias, especiais e solenes, a Assembleia também desenvolveu atividades regulares de suas 24 comissões permanentes, organizou audiências públicas, atividades de fóruns e frentes parlamentares, e transferiu suas atividades para o interior em três semanas ao longo do ano, com o **Programa Alesc Itinerante**.

As sessões e demais atividades das principais comissões técnicas foram realizadas em **São Miguel do Oeste, em Mafra e em Balneário Camboriú**, respectivamente em junho, agosto e outubro. O programa visa aproximar o legislativo do cidadão catarinense, e abre espaços para manifestações de entidades em cada região.

Julio Garcia também manifestou apreço pela sequência das ações das **bancadas regionais**, que aproximam parlamentares de uma mesma região em favor de projetos considerados prioritários. “A criação das bancadas regionais é uma forma eficiente de os parlamentares se reunirem em torno de problemas daquela região. E fazem, na minha avaliação, um trabalho eficaz”.

Pautas Polêmicas e Postura do Parlamento

Sobre a aprovação de projetos considerados polêmicos, especialmente no final do ano legislativo, Julio Garcia defendeu a postura de **neutralidade**, na condição de quem conduz os trabalhos. “Não cabe ao presidente comentar projeto de origem parlamentar. Eu tenho que agir como o magistrado e só votar quando existe empate Gordura”.

“O fato de ter projetos de uma determinada corrente, uma determinada ideologia, não é um problema que afeta a sanidade de um projeto de lei. Tramita como os outros, tem muita gente que pensa de acordo, e outros que pensam de modo diferente. Nós temos que conviver com isso. E, agora, cabe ao governador sancionar, ou não”.

Infraestrutura e Saneamento

Ao responder questionamentos sobre pautas como o **saneamento e a infraestrutura**, Julio Garcia endereçou críticas ao governo estadual, por não tratar os temas “com a velocidade desejada”. Ele entende que falta entendimento entre esferas administrativas para resolver gargalos, como a lentidão do trecho da **BR-101 norte**, as conclusões da **BRs 280 e 470**, e a duplicação da **BR-282**.

Julio elogiou a proposta do Fórum Parlamentar Catarinense pela implantação de um binário na região do **Morro dos Cavalos**. Para a infraestrutura e para o saneamento, o presidente da Assembleia acha que a solução está na consolidação de **parcerias público-privadas (PPPs)**. Criticou ainda os índices de saneamento do estado: “Temos números bastante vergonhosos no saneamento, que não estão à altura dos demais índices de Santa Catarina”, pontuou o parlamentar.

Perguntas Frequentes

1) Qual foi o recorde de produção legislativa da Alesc em 2025?

Foram aprovadas **530 proposições**, representando um aumento de 59% em projetos parlamentares e 133% em projetos governamentais em relação ao ano anterior.

2) Qual o valor economizado pela Alesc e devolvido ao governo do Estado?

O Parlamento catarinense economizou e devolveu **R\$ 403 milhões** aos cofres públicos estaduais durante o ano de 2025.

3) O que foi o Programa Alesc Itinerante mencionado por Julio Garcia?

Foi a transferência das atividades legislativas para o interior do estado, com sessões e reuniões de comissões em **São Miguel do Oeste, Mafra e Balneário Camboriú**.

4) Quais críticas o presidente da Alesc fez sobre infraestrutura e saneamento?

Ele apontou lentidão nas obras de rodovias federais e classificou os índices de saneamento de Santa Catarina como “vergonhosos”, defendendo parcerias público-privadas para resolver os problemas.





Presidente da Alesc faz balanço do ano; projeto 2026 e fala de eleição – E outros destaques

Marcelo Lula

Conteúdo Livre

18 de dezembro de 2025 06:00

Tags: Alesc, Alesc Inclusiva, Alesc Itinerante, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, balanço legislativo 2025, BR-101 Norte, BR-282, BR-470, Câmara de Vereadores de Florianópolis, cenário político 2026 SC, comunicação institucional Alesc, emendas impositivas Florianópolis, entrevista coletiva Júlio Garcia, harmonia entre os Poderes SC, infraestrutura Santa Catarina, Júlio Garcia, Lei Orçamentária Anual Florianópolis, Morro dos Cavalos, orçamento Florianópolis 2026, orçamento municipal Florianópolis, Parlamento catarinense, Parlamento Jovem Santa Catarina, política municipal Florianópolis, política santa catarina, Programa Antonieta de Barros, Projetos aprovados Alesc, PSD Santa Catarina, responsabilidade social Alesc, saneamento básico SC, saúde e educação Florianópolis, SCemPauta, sustentabilidade Alesc, Vereador Mirim SC



Acesse o nosso Canal no WhatsApp!

Criamos um canal oficial no WhatsApp — e você já pode fazer parte!

Mais agilidade, mais bastidores, mais DENÚNCIAS direto no seu celular.

Sem grupos, sem conversas, só informação exclusiva, com a credibilidade do SCemPauta.

Acesse e siga agora:

[Clique Aqui](#)

E NÃO ESQUEÇA DE ATIVAR O SININHO PARA RECEBER TUDO EM TEMPO REAL!



Presidente da Alesc faz balanço do ano e responde a perguntas sobre eleição – Imagem: Jeferson Baldo/Alesc

O presidente da Assembleia Legislativa, Júlio Garcia (PSD), concedeu entrevista coletiva à imprensa para apresentar um balanço dos trabalhos do Parlamento em 2025. Ao longo da conversa, ele destacou números recordes de projetos deliberados, reforçou o papel social da Alesc e defendeu que o bom momento vivido pelo Estado passa, necessariamente, pela relação harmônica entre os Poderes.

Logo na abertura, Garcia classificou 2025 como um ano “bastante proveitoso e produtivo”, ressaltando que a Assembleia bateu recorde no número de matérias apreciadas. Segundo ele, o Parlamento catarinense deixou de ser apenas um espaço de fiscalização e deliberação para assumir também um papel social mais amplo, com programas permanentes de inclusão, educação cidadã e aproximação com a população.

Entre os exemplos citados, o presidente destacou o programa Alesc Inclusiva, que atualmente mantém dez jovens com deficiência atuando como estagiários na Casa, e o Programa Antonieta de Barros, que abriga cerca de 60 estudantes de comunidades vizinhas. Ele também lembrou a criação do Alesc Itinerante, implantado na gestão do ex-presidente Mauro de Naddal (MDB), que leva a Assembleia ao interior do Estado. Neste ano, as sessões ocorreram em São Miguel do Oeste, Mafra e Balneário Camboriú. “É um programa que permite que a Assembleia vá ao encontro da população, especialmente de quem não consegue vir até a Capital”, afirmou.

Outro destaque foi o Programa de Responsabilidade Social, que chegou à 14ª edição e bateu recorde de participação neste ano, com 200 inscrições, das quais 108 foram certificadas após análise técnica. O troféu Destaque Responsabilidade Social Santa Catarina foi entregue a oito entidades no dia 9 de dezembro. Júlio Garcia também citou o Parlamento Jovem, que atendeu mais de dois mil alunos em 2025, o Vereador Mirim, com 89 câmaras municipais participantes, e o Programa Estágio Visita, que recebeu 135 estudantes ao longo do ano.

Na área de sustentabilidade, o presidente lembrou que a Assembleia mantém ações como reuso de água da chuva, geração de energia fotovoltaica e o programa Lixo Zero, que vem sendo intensificado nesta gestão.

Comunicação como eixo estratégico

No quarto mandato à frente da Presidência da Alesc, Júlio Garcia afirmou que passou a perceber, de forma mais clara, que além da atividade parlamentar, a comunicação é hoje uma das principais ferramentas de aproximação com a sociedade. Por isso, segundo ele, a Mesa Diretora promoveu uma reestruturação profunda na Diretoria de Comunicação, não apenas física, mas sobretudo na valorização e qualificação de profissionais. “A comunicação evoluiu muito nos últimos tempos. É fundamental que a Assembleia consiga se comunicar com aquilo que representa. Os números mostram que essa estratégia vem dando resultado”, afirmou, destacando que a transparência e a prestação de contas são parte da responsabilidade do Parlamento com a população catarinense.

Números e projetos aprovados

Durante a coletiva, o presidente apresentou dados comparativos que mostram crescimento expressivo na produção legislativa. Em 2025, foram protocolados 780 projetos. Em relação a 2024, o total de matérias cresceu 59%. Os projetos de origem governamental tiveram aumento de 133%, enquanto os de autoria parlamentar cresceram 52%. Segundo Garcia, em comparação com o ano anterior, houve 38,5% a mais de projetos aprovados.

Questionado sobre a relevância das matérias, o presidente citou alguns exemplos. Entre eles, o projeto que regulamenta a correção de divisas intermunicipais em Santa Catarina, originado na Comissão de Assuntos Municipais; a proposta que garantiu aos profissionais contratados temporariamente o direito à licença para acompanhamento de filhos menores em tratamento de saúde; a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que simplifica processos para abertura e regularização de empresas; e o projeto que proibiu a reconstituição de leite em pó importado para comercialização como leite fluido no Estado, uma demanda histórica dos produtores catarinenses. “São projetos de diferentes áreas — social, econômica e produtiva — que mostram a diversidade e a importância do que foi aprovado”, avaliou.

Harmonia entre os Poderes

Ao resumir o ano legislativo em uma palavra, Júlio Garcia escolheu “harmonia”. Segundo ele, a convivência entre Legislativo, Executivo, Judiciário e instituições como o Tribunal de Contas e o Ministério Público tem sido saudável e produtiva. Para o presidente da Alesc, Santa Catarina dá um exemplo positivo ao país. “Se o Brasil tivesse um comportamento político semelhante ao que temos aqui, certamente seria um país melhor”, afirmou.

Sobre o cenário eleitoral de 2026, Júlio Garcia disse que a antecipação do debate ocorre por iniciativa de pré-candidatos, e não da Assembleia. Garantiu que, mesmo sendo um ano eleitoral, os trabalhos legislativos não serão prejudicados, já que a Casa adota um calendário especial para manter o ritmo de sessões e votações.

Infraestrutura e saneamento

Questionado sobre as prioridades que não avançaram como o esperado, o presidente reconheceu que infraestrutura e saneamento continuam sendo grandes desafios. Segundo ele, faltam projetos estruturados de curto, médio e longo prazo, especialmente para a malha rodoviária. Citou gargalos como a BR-101 Norte, BR-280, BR-282, BR-470 e o Morro dos Cavalos, este último com expectativa de avanço a partir da solução do túnel definida pelo Ministério da Infraestrutura.

No saneamento, Júlio classificou como “vergonhosos” os índices de cobertura de esgoto em Santa Catarina, incompatíveis com os demais indicadores socioeconômicos do Estado. Defendeu que a solução passa por parcerias público-privadas bem estruturadas, com contratos sólidos e fiscalização eficiente. “Temos exemplos muito bons, como o aeroporto de Florianópolis, e exemplos ruins, como a BR-101 Norte”, comparou.

Projeto político para 2026

Por fim, ao ser questionado sobre especulações envolvendo uma eventual candidatura a vice-governador, Júlio Garcia foi direto. Disse que não se trata nem de provocação nem de desejo e reafirmou que seu projeto está definido. “Sou pré-candidato a deputado federal e estou muito feliz com essa pré-candidatura”, afirmou, acrescentando que, mesmo diante de convites, manterá esse caminho. “Se vier o convite, eu vou dizer que sou pré-candidato a deputado”, afirmou, ao responder a uma última pergunta sobre o assunto.

Orçamento

Os vereadores de Florianópolis aprovaram, na última reunião ordinária do ano, o projeto que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026. A Lei Orçamentária Anual prevê um orçamento de R\$ 4,27 bi e estabelece dispositivos que permitem adequações nas despesas conforme o desempenho da arrecadação ao longo do ano fiscal. A estimativa levou em conta a tendência de arrecadação dos últimos três anos, o comportamento das receitas no primeiro semestre de 2025 e as projeções para a segunda metade do ano.

Emendas impositivas

A proposta orçamentária para 2026 em Florianópolis destina 30,01% da receita de impostos para a Educação e 19,33% para a Saúde, percentuais superiores aos mínimos constitucionais. O orçamento também projeta crescimento de 6,86% em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelo aumento das receitas próprias do município. Outro ponto previsto é a obrigatoriedade de que, no primeiro ano de vigência da lei, 40% das emendas impositivas dos legisladores sejam direcionadas à área da saúde, medida que, segundo o líder do governo na Câmara, vereador Diácono Ricardo (PSD), amplia os investimentos em serviços essenciais e contribui para a governabilidade e o equilíbrio das contas públicas.

A Coluna está em formato especial de férias. A partir do dia 02 de fevereiro de 2026, voltará ao formato normal, com muitas informações, análises, bastidores e denúncias exclusivas.

[Veja mais postagens desse autor](#)



BLOG

“A Alesc precisa ter um preto, uma preta sentando nas cadeiras de deputado na próxima eleição”, diz deputada Paulinha durante evento na Assembleia

Maga Stopassoli dezembro 17, 2025

Uma semana após a polêmica votação do projeto de lei que propõe mudanças na Lei das Cotas Raciais em Santa Catarina, alterando os critérios para a concessão de bolsas de estudo em instituições públicas de ensino superior ou que recebem recursos públicos, priorizando o fator econômico, a deputada Paulinha voltou ao assunto.

Foi durante a homenagem a lideranças negras, proposta por ela, nesta terça-feira. A solenidade ocorreu na Assembleia Legislativa, em Florianópolis, ocasião em que Paulinha homenageou artistas, educadores, líderes comunitários, profissionais da saúde, empreendedores, pesquisadores e agentes culturais.

São eles: Jéssica Cardoso, Janay Antunes da Fonseca, Andréia Zaida, Erer São José, Fábio Garcia, Daisy Américo, Joana Célia dos Passos, Gianne Abbott, Clauner da França, Valdeonira dos Anjos, Edson Amaral (Edsoul), Edenice Fraga, Ana Lúcia Teixeira, Regina Santos, Marilú Lima de Oliveira, Nelson Murilo Padilha, Selma Terezinha Adão, Amanda Santos e o Grupo Ação Zumbi.

A homenagem reforçou o papel das políticas públicas e das ações afirmativas na promoção da igualdade racial, além da necessidade de combater o racismo institucional e valorizar a diversidade cultural que compõe a identidade catarinense.

Durante o encontro, Paulinha disse que a cerimônia estava prevista para acontecer em outra data, mas, por questões de agenda, acabou ocorrendo justamente uma semana após a polêmica das cotas na Alesc. Segundo ela, a “coincidência nas datas permitiu que fosse possível debater o tema com mais profundidade”.

Em sua fala, a deputada fez um apelo ao público presente para que representantes da população negra se unam em torno da candidatura de um homem ou de uma mulher preta na próxima eleição.

“Gente, vocês têm que ter um preto nessa Casa. É preciso convergir em torno de um nome para isso acontecer. Não importa o partido, mas, se precisar, tem o Podemos. Mas a Alesc precisa ter um preto, uma preta sentando nas cadeiras de deputado na próxima eleição”, disse a parlamentar.

Na semana que passou, durante a votação do projeto de lei das cotas, Paulinha, que votou contra a iniciativa, protagonizou um momento importante do debate ao questionar publicamente os colegas parlamentares sobre a ausência de deputados negros na Casa.



O post “A Alesc precisa ter um preto, uma preta sentando nas cadeiras de deputado na próxima eleição”, diz deputada Paulinha durante evento na Assembleia **apareceu primeiro em** Maga Stopassoli.

Os colunistas são responsáveis pelo conteúdo de suas publicações e o texto não reflete, necessariamente, a opinião do site Upiara.

Maga Stopassoli

Últimos posts

Anúncios e chamada para o mailing

Name

Email

INSCREVER

Notícias

Eleições

Criciúma

Florianópolis

Santa Catarina

Brasil

Cidadania Italiana

Karina Manarin

#sem categoria

Aprovação recorde de projetos; valorização da comunicação; PPP para Infraestrutura e Saneamento e pré-candidatura a federal em 2026: O que disse Júlio Garcia

17.12.2025 19:24



OUÇA

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Júlio Garcia (PSD), não somente fez balanço das atividades de 2025, como falou de prioridades para o próximo ano no estado.

Ao ser questionado em entrevista coletiva na tarde desta quarta-feira (17), sobre questões de infraestrutura e saneamento, ele elencou os dois itens como prioridade para 2026.

O deputado avalia que nas duas áreas, para que exista resultado eficaz, a saída é a consolidação de Parcerias Público Privadas e o diálogo com o governo de Santa Catarina, com projeto de consenso.

Ao comentar o assunto, Júlio endereçou certa crítica ao governo estadual pelos projetos não terem sido encaminhados “com a velocidade desejada” além de avaliar como negativos os índices de saneamento em Santa Catarina.

“Temos números bastante vergonhosos no saneamento, que não estão à altura dos demais índices de Santa Catarina”, pontuou o parlamentar.

“ Acho que precisamos começar o ano discutindo esses assuntos, encaminhando esses assuntos com o governo. O preferencial é discutir com o governo e fazer um projeto de consenso”, completou.

Júlio Garcia comentou também as eleições de 2026 e reafirmou sua pré-candidatura a deputado federal. Disse que esse é seu projeto e deixou implícito que não haverá modificação nos planos.

O balanço do ano de 2025 foi positivo para o Legislativo Catarinense. **Em 2025 foram 59% de projetos a mais que no ano anterior, e 133% a mais de projetos governamentais.**

Entre os projetos citados como positivos , o que trata da regulamentação das divisas em vários municípios de Santa Catarina, o que reconhece direito dos profissionais contratados temporariamente de licença para tratameto de saúde de filhos menores de 18 anos e a proibição da reconstituição de leite em pó e derivados.

“Foi um ano proveitoso e produtivo, no qual a Assembleia bateu recorde de projetos apresentados”, apontou o presidente Júlio Garcia que também enumerou ações de interesse social desenvolvidos pela Casa.

Entre os programas citados, o **Alesc inclusiva** , que oferece estágios para jovens com deficiência, o **Programa Antonieta de Barros** para jovens em situação de vulnerabilidade, e o **Programa de Responsabilidade Social**, que reconhece ações em favor de compromissos sociais de empresas e instituições.

O presidente da Assembleia Legislativa destacou ainda **o fortalecimento e a reestruturação no setor de comunicação**. Ele avaliou que além da atividade parlamentar, a comunicação tem papel importante na aproximação com a população e destacou a valorização não somente do espaço físico mas na busca de profissionais.

“As mudanças vêm dando resultado na forma de dar satisfação à população que temos a responsabilidade de representar “, enalteceu.

O setor de comunicação da Assembleia expandiu seus canais com matérias, programas, rede social fortalecida e informações diárias e permanentes acerca de projetos e ações da Casa.

A equipe está sob o comando da Jornalista Franciela Lima que é a diretora e da diretora-ajunta a jornalista, Patrícia Schneider de Amorim, servidora efetiva da instituição.



Deputado Júlio Garcia destacou fortalecimento da Comunicação com aproximação da população

O parlamentar também destacou que a Alesc devolveu para os cofres do governo do Estado R\$ 403 milhões, resultado da economia dos recursos do Parlamento estadual. Esse dinheiro foi destinado para o Executivo no decorrer do ano.

Em sua fala, o deputado Júlio Garcia não deixou de citar seu antecessor, Mauro de Nadal quando citou programas como a Alesc Itinerante e as bancadas regionais.

“A criação das bancadas regionais é uma forma eficiente de os parlamentares se reunirem em torno de problemas daquela região. E fazem, na minha avaliação, um trabalho eficaz”.

Além de sessões ordinárias, especiais e solenes, a Assembleia também desenvolveu atividades regulares de suas 24 comissões permanentes, organizou audiências públicas, atividades de fóruns e frentes parlamentares, e transferiu suas atividades para o interior em três semanas ao longo do ano, com o Programa Alesc Itinerante.

As sessões e demais atividades das principais comissões técnicas foram realizadas em São Miguel do Oeste, em Mafra e em Balneário Camboriú, respectivamente em junho, agosto e outubro.

O programa visa aproximar o legislativo do cidadão catarinense, e abre espaços para manifestações de entidades em cada região.

Veja outros pontos da entrevista:

Pautas Polêmicas e Postura do Parlamento

Sobre a aprovação de projetos considerados polêmicos, especialmente no final do ano legislativo, Julio Garcia defendeu a postura de **neutralidade**, na condição de quem conduz os trabalhos.

“Não cabe ao presidente comentar projeto de origem parlamentar. Eu tenho que agir como o magistrado e só votar quando existe empate Gordura”.

“O fato de ter projetos de uma determinada corrente, uma determinada ideologia, não é um problema que afeta a sanidade de um projeto de lei. Tramita como os outros, tem muita gente que pensa de acordo, e outros que pensam de modo diferente. Nós temos que conviver com isso. E, agora, cabe ao governador sancionar, ou não”.

Infraestrutura e Saneamento

Ao responder questionamentos sobre pautas como o **saneamento e a infraestrutura**, Julio Garcia endereçou críticas ao governo estadual, por não tratar os temas “com a velocidade desejada”.

Ele entende que falta entendimento entre esferas administrativas para resolver gargalos, como a lentidão do trecho da **BR-101 norte**, as conclusões da **BRs 280 e 470**, e a duplicação da **BR-282**.

Julio elogiou a proposta do Fórum Parlamentar Catarinense pela implantação de um binário na região do **Morro dos Cavalos**.

Para a infraestrutura e para o saneamento, o presidente da Assembleia acha que a solução está na consolidação de **parcerias público-privadas (PPPs)**.



Governador Jorginho Mello reforça apoio do PL ao prefeito Adriano Silva



O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, esteve em Joinville na última terça-feira, 16 de dezembro, para uma agenda com foco em entregas ao município e à região Norte e Nordeste do Estado, além do fortalecimento do alinhamento político e administrativo com a gestão municipal.

Entre os atos realizados, o governador sancionou a Lei que institui a Rota Turística Religiosa Caminho da Graça, iniciativa voltada à valorização do turismo religioso e cultural, integrando municípios das regiões Norte e Nordeste catarinense e fomentando o desenvolvimento regional.

Anúncios



A agenda também foi marcada por uma conversa com o presidente do PL Joinville, o deputado estadual e líder do Governo na Assembleia Legislativa, Maurício Peixer, para reafirmar o apoio do Governo do Estado e do PL à gestão do prefeito Adriano Silva, e determinar o apoio da bancada do PL na Câmara de Vereadores ao executivo municipal.

O governador destacou a importância da cooperação entre Estado e município.

“Joinville é uma cidade estratégica para Santa Catarina. Nosso governo atua em parceria com os municípios, apoiando gestões comprometidas com resultados e com a melhoria da qualidade de vida da população”, afirmou o governador Jorginho Mello.

Anúncios



Anúncios



JULIO GARCIA FAZ BALANÇO DE 2025 E DEFINE ATUAÇÃO DA ALESC COMO MARCADA PELA HARMONIA ENTRE OS PODERES

17 de dezembro de 2025

📱 Compartilhar no Facebook

📱 Compartilhar no Twitter

📱

📱



Deputado Julio Garcia, presidente da Alesc, concedeu entrevista coletiva na tarde desta quarta-feira e fez um balanço de 2025 no Parlamento. (FOTO: Jeferson Baldo/Agência AL)

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), deputado Julio Garcia (PSD), fez nesta terça-feira um balanço das atividades do Parlamento em 2025 e definiu o período com uma palavra: harmonia. Segundo ele, o diálogo institucional foi determinante para os resultados alcançados.

“Vivemos harmonicamente, seguindo a Constituição, fazendo aquilo que é melhor para Santa Catarina, esquecendo as divisões e os pensamentos divergentes, e tratando os assuntos do Estado com prioridade”, afirmou.

Julio Garcia também destacou a relação entre os Poderes em Santa Catarina, classificando-a como saudável e respeitosa. “Temos uma relação muito positiva com o Executivo, o Judiciário e com as demais instituições. Se esse modelo fosse seguido em nível federal, certamente teríamos um Brasil muito melhor”, avaliou.

Recorde de projetos e intensa produção legislativa

Ao analisar os resultados legislativos de 2025, o presidente da Alesc ressaltou o volume expressivo de matérias apreciadas. Ao todo, foram 530 proposições aprovadas, sendo 381 de autoria parlamentar.

O presidente ainda valorizou o investimento em fortalecer a área da Comunicação Social da Assembleia.

O parlamentar também destacou que a Alesc devolveu para os cofres do governo do Estado R\$ 403 milhões, resultado da economia dos recursos do Parlamento estadual. Esse dinheiro foi destinado para o Executivo no decorrer do ano.

Alesc Itinerante e fortalecimento das bancadas regionais

Durante o ano, a Assembleia manteve sua rotina de sessões ordinárias, especiais e solenes, além das atividades das 24 comissões permanentes, audiências públicas, fóruns e frentes parlamentares. Um dos destaques foi o programa Alesc Itinerante, que levou as atividades do Parlamento ao interior do Estado em três períodos do ano.

As sessões ocorreram em São Miguel do Oeste, Mafra e Balneário Camboriú, nos meses de junho, agosto e outubro, respectivamente. O objetivo, segundo o presidente, é aproximar o Legislativo do cidadão e abrir espaço para que entidades regionais apresentem demandas locais.

Julio Garcia também elogiou a atuação das bancadas regionais, que reúnem parlamentares de uma mesma região para discutir projetos prioritários. “É uma forma eficiente de tratar problemas regionais de maneira conjunta e com resultados concretos”, avaliou.

Projetos polêmicos e postura institucional

Questionado sobre a aprovação de matérias consideradas polêmicas, especialmente no final do ano legislativo, o presidente da Alesc defendeu sua postura de neutralidade na condução dos trabalhos.

“Não cabe ao presidente comentar projetos de origem parlamentar. Tenho que agir como um magistrado, votando apenas em caso de empate”, explicou. Para Julio Garcia, a existência de projetos com diferentes correntes ideológicas faz parte do processo democrático. “Cabe agora ao governador sancionar ou não essas propostas”, completou.

Infraestrutura e saneamento entram no radar de críticas

Ao abordar temas como infraestrutura e saneamento, Julio Garcia fez críticas ao governo apontando lentidão na condução de obras estratégicas. Entre os gargalos citados estão a BR-101 Norte, a conclusão das BRs 280 e 470 e a duplicação da BR-282.

Ele elogiou a proposta do Fórum Parlamentar Catarinense para a implantação de um binário no trecho do Morro dos Cavalos e defendeu que avanços nessas áreas passem pela consolidação de parcerias público-privadas (PPPs).

Sobre o saneamento, foi direto: “Temos números bastante vergonhosos, que não estão à altura dos demais índices de Santa Catarina”, afirmou.

Perguntas Frequentes

1) Qual foi o recorde de produção legislativa da Alesc em 2025?

Foram aprovadas **530 proposições**, representando um aumento de 59% em projetos parlamentares e 133% em projetos governamentais em relação ao ano anterior.

2) Qual o valor economizado pela Alesc e devolvido ao governo do Estado?

O Parlamento catarinense economizou e devolveu **R\$ 403 milhões** aos cofres públicos estaduais durante o ano de 2025.

3) O que foi o Programa Alesc Itinerante mencionado por Julio Garcia?

Foi a transferência das atividades legislativas para o interior do estado, com sessões e reuniões de comissões em **São Miguel do Oeste, Mafra e Balneário Camboriú**.

4) Quais críticas o presidente da Alesc fez sobre infraestrutura e saneamento?

Ele apontou lentidão nas obras de rodovias federais e classificou os índices de saneamento de Santa Catarina como “vergonhosos”, defendendo parcerias público-privadas para resolver os problemas.

PERFIL



Sou comentarista político com 35 anos de experiência, natural de Florianópolis e tenho na verdade a minha maior característica. Aquel o recado é sempre direto, sem rodeios, do a quem doer.

Contato: bosslevanio@gmail.com

REDES SOCIAIS





[Início](#) » [Política](#) » Elevado entre as BRs 282 e 158 em Maravilha será inaugurado nesta quinta-feira

Elevado entre as BRs 282 e 158 em Maravilha será inaugurado nesta quinta-feira

Por Crysne C. B. Basquera / 17 de dezembro de 2025

Elevado que liga as BRs 282 e 158 em Maravilha será inaugurado nesta quinta-feira e promete melhorar a mobilidade e a segurança no Oeste catarinense.

Entre em nosso grupo de notícias no WhatsApp

O elevado que conecta as rodovias BR-282 e BR-158, no município de Maravilha, no Oeste de Santa Catarina, será inaugurado nesta quinta-feira (18), a partir das 15 horas, no local da obra. A estrutura é considerada estratégica para a mobilidade regional, com impacto direto na segurança viária e na organização do fluxo de veículos em um dos principais entroncamentos rodoviários do Oeste catarinense.

A nova ligação foi projetada para reduzir pontos de conflito no tráfego, melhorar a fluidez e diminuir o risco de acidentes em um trecho que concentra intenso movimento diário de veículos leves e pesados. O entroncamento é fundamental para o deslocamento da população local, para o transporte intermunicipal e para o escoamento da produção agroindustrial da região.

O deputado estadual Mauro De Nadal, um dos principais articuladores da obra, destacou que a entrega do elevado representa o resultado de uma mobilização construída ao longo de vários anos. “Essa obra não começou hoje. É uma luta da qual eu nunca abri mão. Foram anos de diálogo, cobrança e persistência para que esse entroncamento tivesse uma solução definitiva. Agora, ela se torna realidade e passa a ser símbolo de segurança e progresso para toda a região”, afirmou o parlamentar.

De Nadal também ressaltou a importância da atuação conjunta entre diferentes esferas do poder público para a viabilização do projeto. “Foi a soma de trabalho entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Governo do Estado, a Prefeitura de Maravilha e o DNIT que tornou esse projeto possível. É assim, com muito trabalho e fé, que a gente resolve as demandas dos catarinenses”, declarou.

A obra integra um conjunto de melhorias na infraestrutura viária regional e tem reflexos diretos na qualidade de vida da população, ao facilitar o deslocamento diário de trabalhadores e aumentar a segurança no trânsito. Além disso, a nova estrutura fortalece a logística regional e contribui para o desenvolvimento econômico do Oeste de Santa Catarina, ao oferecer melhores condições para o transporte de cargas e a integração entre municípios.

Com a inauguração do elevado, a expectativa é de maior previsibilidade no tráfego, redução de congestionamentos e acidentes, além de ganhos na eficiência do sistema rodoviário em uma área considerada estratégica para a economia catarinense.



Leia também:

- [Vereador Tasso, vice-presidente da Câmara de Barracão, faz avaliação do ano de 2025 e destaca parceiros com a administração municipal](#)
- [Air fryer sempre limpa: métodos naturais e eficazes para eliminar gordura e odores](#)
- [Vinagre de maçã emagrece mesmo? O que pesquisas científicas revelam sobre o mito da dieta](#)

← PREVIOUS

Os 7 detetives mais marcantes da literatura mundial

NEXT →

Curiosidades sobre o Natal: tradições, símbolos e hi...

Notícias relacionadas

Agricultura familiar ganha mais apoio com nova lei aprovada em SC

By [Redação](#) | 17 dezembro, 2025

Proposta prevê que 30% das compras do governo do Estado venham de pequenas propriedades.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou, projeto de lei que determina que ao menos 30% das compras de alimentos do governo de Santa Catarina venham da agricultura familiar e da economia popular. O texto segue agora para sanção do governador Jorginho Mello (PL).

Autor da proposta, intitulada Compra Coletiva/SC (PL 160/2024), o deputado Fabiano da Luz (PT) afirma que a medida estimula a produção e a comercialização de itens de pequenos agricultores e empreendedores rurais.

O texto aprovado prevê que todos os órgãos estaduais, como rede socioassistencial, unidades de saúde, escolas da rede pública e educação especial, comprem alimentos diretamente de agricultores familiares por meio de chamada pública.

“Em Pinhalzinho, quando fui prefeito, fomos a primeira cidade do Estado a ter 100% da merenda escolar adquirida de pequenos produtores. E queremos trazer um pouco dessa experiência para o Estado. É importante lembrar que a medida não aumenta despesas para o governo”, explica Fabiano.

Segundo o Censo Agro 2017, do IBGE, 78% das propriedades rurais catarinenses são classificadas como agricultura familiar – modalidade definida pela Lei 11.326, de 2006, que estabelece o uso predominante de mão de obra da própria família e gestão em pequenas propriedades.

Fabiano afirma ainda que o objetivo é “ampliar a participação dos pequenos agricultores no mercado de compras governamentais, reduzir custos, evitar desperdícios e garantir mais qualidade, segurança alimentar e nutricional”.

Regras de fornecimento

O projeto estabelece que os produtos devem ser entregues embalados, enlatados, engarrafados ou congelados, seguindo as normas sanitárias vigentes.

A contratação deverá observar preços compatíveis com o mercado local e regional, prazos de entrega e aquisição direta dos produtores.

A condição de agricultor familiar será comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – física ou jurídica – ou por declaração emitida pelo órgão estadual competente ou entidade credenciada.

Categorias Populares

- ÚLTIMAS NOTÍCIAS
- DESTAQUES
- COMUNIDADE
- SAÚDE
- OCORRÊNCIAS CAMPOS NOVOS
- AGRONEGÓCIO
- COTIDIANO

CHEGOU A SUA VEZ DE SE DESTACAR!

EMPRESAS E PROFISSIONAIS DE CAMPOS NOVOS E REGIÃO

CONECTE-SE COM CLIENTES TODOS OS DIAS!

GUIA MÚLTIPLO

Guaramirim recebe doação do prédio do antigo Fórum para uso do Município



Por: **Pedro Leal**
17/12/2025 - 14:12 - Atualizada em: 17/12/2025 - 17:47

Em evento realizado na tarde de terça-feira (16), em Joinville, o governador Jorginho Mello assinou o termo que autoriza o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) a doar o prédio do antigo Fórum, localizado ao lado da Prefeitura, para o Município de Guaramirim.

Publicidade

[Mendonça vota para validar mínimo existencial em R\\$ 600](#)

A proposta formaliza a transferência de um terreno com área de 1.286,23 m², permitindo que a Prefeitura utilize o espaço para fins de interesse público, entre eles a instalação de órgãos da administração municipal.

O terreno originalmente já pertencia ao Município. Em 1983, a Prefeitura de Guaramirim doou a área ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina para a instalação do Fórum da Comarca. Com o crescimento da demanda do Judiciário, em 1999, o Município voltou a colaborar, doando uma nova área para a construção do novo Fórum.

Publicidade

CLIQUE E ASSINE O JORNAL O CORREIO DO POVO!

A construção do novo Fórum teve início em 2007 e foi concluída em 2008, quando a estrutura atual do Judiciário passou a funcionar no novo endereço. Por um período, o prédio abrigou o Cartório Eleitoral. Mas, desde 2022, está desocupado.

[Aprovado PL que prevê inclusão de canal para denúncia de violência contra a mulher nos carnês do IPTU](#)

Na época, os trâmites formais para a devolução do antigo prédio ao Município não avançaram. Com a expansão da administração pública e a necessidade de reorganização dos serviços, a atual gestão retomou o pedido, culminando na formalização da solicitação e, posteriormente, na doação do imóvel pelo Estado ao Município de Guaramirim.

Publicidade

O prefeito Adriano Zimmermann agradeceu ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a todos os desembargadores, em especial ao desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, presidente do TJSC, à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) e ao governador Jorginho Mello darem encaminhamento ao pedido.

Segundo o prefeito, a viabilização desse espaço vem sendo trabalhada desde o início do ano e representa um avanço importante para Guaramirim. “Esse prédio será fundamental para organizar melhor as estruturas das secretarias e aproximar os serviços da população”, destacou.

Publicidade




Pedro Leal
Analista de mercado e mestre em jornalismo (universidades de Swansea, País de Gales, e Aarhus, Dinamarca).

CRICIÚMA

Governo debate cessão de área e verbas para obras em Criciúma

A pauta do encontro entre representantes do município e do estado foi o repasse de verbas e a cessão de um imóvel para viabilizar as futuras obras em Criciúma

 **Futurisy**
17/12/2025 - 14h28





Reunião definiu próximos passos para o início das obras em Criciúma.

A pauta sobre as futuras obras em Criciúma avançou após agendas do governo municipal com representantes do Governo do Estado nesta terça-feira. As reuniões trataram da transferência de um imóvel pertencente à Celesc, localizado no bairro Nossa Senhora da Salete, e de questões administrativas sobre aportes estaduais para projetos de infraestrutura em [Criciúma](#). O prefeito Vagner Espindola esteve acompanhado pelo presidente da Assembleia Legislativa catarinense, deputado Julio Garcia, nos encontros realizados na capital.

Permissão de uso acelera obras em Criciúma

O primeiro encontro do dia foi com o secretário de Estado da Administração, Vânio Boing, para discutir a efetivação da transferência do imóvel da antiga Cecrisa para o município. A administração municipal pretende utilizar o espaço para abrigar empresas de tecnologia. Para acelerar o processo, foi acordada uma permissão de uso do local até que o registro seja oficialmente transferido para o nome do município, uma sugestão do deputado Julio Garcia. “Isso possibilitará darmos início à demolição dos antigos pavilhões de forma mais célere”, afirmou o prefeito de Criciúma sobre a medida que permite o andamento das intervenções na área.

Repasses para as obras em Criciúma

Em outras duas reuniões, com a secretária-geral de Governo, Danieli Porporatti, e com o secretário de Estado da Fazenda, Cleversson Siewert, foram discutidos os trâmites administrativos envolvendo os aportes estaduais. Em dezembro, o governador Jorginho Mello autorizou o repasse de 240 milhões de reais em investimentos para a cidade. Desse total, 60 milhões de reais são destinados a projetos específicos, como a construção de um elevador sobre a Avenida Centenário, na altura do bairro Pio Corrêa, o viaduto da rodovia Luiz Rosso, e uma trincheira e elevador no distrito do Rio Maina. Parte deste montante, 30 milhões de reais, corresponde a recursos devolvidos pela Assembleia Legislativa ao Governo do Estado. “Os projetos e trâmites estão fluindo muito bem”, declarou o prefeito.

PODER LEGISLATIVO

Cegero conquista Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina

17/12/2025

A Cegero foi reconhecida pela Alesc com o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina, por suas práticas socioambientais e compromisso com o desenvolvimento sustentável.



Foto: Divulgação

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero (Cegero) foi reconhecida na 14ª Edição do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado (ALESC). A certificação destaca empresas e organizações que incorporam práticas de responsabilidade socioambiental em sua gestão e atuam de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Instituído pela Lei nº 12.918/2004, o programa tem como objetivo valorizar instituições que adotam iniciativas voltadas ao bem-estar social, à preservação do meio ambiente e à transparência. Além da certificação, a ALESC divulgou as entidades finalistas ao Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC 2025, selecionadas conforme critérios técnicos definidos em edital.

Estar entre as organizações certificadas reforça o compromisso da Cegero com ações que promovem o uso responsável dos recursos naturais, fortalecem a relação com a comunidade e contribuem para a construção de um futuro mais sustentável.

A solenidade de homenagem às entidades certificadas e de anúncio das vencedoras do Troféu Destaque SC ocorreu no dia 10 de dezembro, às 19h, no Plenário da Assembleia Legislativa, no Palácio Barriga Verde.



Foto: Divulgação

Alesc • Cegero • Plenário da Assembleia Legislativa • Troféu Destaque SC • Troféu Responsabilidade Social
 Se engaje! Comente nossas matérias.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

ENVIE SUA NOTÍCIA

Você pode fazer parte do Sulinfoco, publique sua notícia também!
Para participar basta clicar no botão abaixo, preencher o formulário e aguardar a publicação da sua notícia.

ENVIAR NOTÍCIA

Curta o Sulinfoco no
Facebook

Confira nosso canal no
YouTube

Curta nossas fotos no
Instagram

Siga-nos

Conecte-se ao nosso
LinkedIn

Siga-nos ao
Twitter
Seguir



Cegero é reconhecida com o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina

Publicado por **Reinaldo Coan** 17/12/2025



Foto: Divulgação/Cegero

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero (Cegero) foi reconhecida na 14ª Edição do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado (ALESC). A certificação destaca empresas e organizações que incorporam práticas de responsabilidade socioambiental em sua gestão e atuam de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Instituído pela Lei nº 12.918/2004, o programa tem como objetivo valorizar instituições que adotam iniciativas voltadas ao bem-estar social, à preservação do meio ambiente e à transparência. Além da certificação, a Alesc divulgou as entidades finalistas ao Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC 2025, selecionadas conforme critérios técnicos definidos em edital.

Estar entre as organizações certificadas reforça o compromisso da Cegero com ações que promovem o uso responsável dos recursos naturais, fortalecem a relação com a comunidade e contribuem para a construção de um futuro mais sustentável.

Por Bertoldo Weber: Assessor de Comunicação/Cegero

Share

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Criciúma avança na cessão da área da antiga Cecrisa e em aportes do Estado



Foto: Divulgação/PMC



Por: **OCP News Criciúma**
17/12/2025 - 10:12 - Atualizada em: 17/12/2025 - 10:29

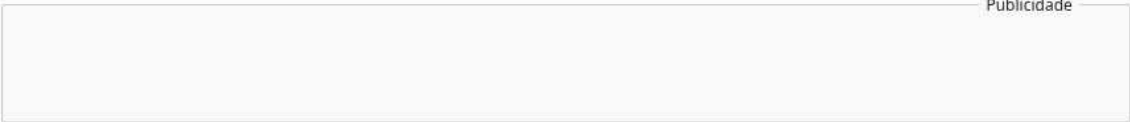
O Governo de Criciúma cumpriu agendas no Governo do Estado nesta terça-feira (16). Acompanhado do presidente da Assembleia Legislativa catarinense, deputado Julio Garcia, o prefeito Vagner Espindola avançou na transferência do imóvel da antiga Cecrisa, no bairro Nossa Senhora da Salete, e de questões administrativas sobre aportes estaduais para obras estruturantes em Criciúma.

Na primeira agenda, com o secretário de Estado da Administração, Vânio Boing, foi debatida a efetivação da transferência do imóvel, que atualmente pertence à Celesc, para o Município. A intenção é abrigar no espaço empresas de alta tecnologia e valor agregado.

“Por sugestão do deputado Julio Garcia, ficou acordada uma permissão de uso até que o registro seja oficialmente feito em nome do Município. Isso possibilitará darmos início à demolição dos antigos pavilhões de forma mais célere”, afirmou o prefeito de Criciúma.

Obras estruturantes

Em outras duas reuniões no Centro Administrativo, com a secretária-geral de Governo, Danieli Porporatti, e com o secretário de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert, Vagner e Julio avançaram em questões administrativas envolvendo os aportes do Governo do Estado para viabilizar obras estruturantes em Criciúma. No início de dezembro, o governador Jorginho Mello autorizou o repasse de R\$ 240 milhões em investimentos na cidade.



Entre esse total, estão R\$ 60 milhões destinados ao elevado sobre a Avenida Centenário, na altura do bairro Pio Corrêa, o viaduto da rodovia Luiz Rosso, nas proximidades do quartel, assim como a trincheira e o elevado no Rio Maina. Deste montante, R\$ 30 milhões são recursos devolvidos ao Governo do Estado pela Assembleia Legislativa.

“Foram agendas produtivas e que nos deixaram mais perto de fazer de Criciúma um canteiro de obras no decorrer de 2026. Os projetos e trâmites estão fluindo muito bem”, avaliou o prefeito.



OCP News Criciúma
As principais notícias de Criciúma e região.



**QUEM TEM
DIREITO,
PAGA
MENOS!**

**REDUÇÃO DE ATÉ 80%
DO VALOR DE SUA TARIFA DE ÁGUA**



A Prefeitura Municipal de Tubarão pagou R\$ 67,00 na veiculação deste anúncio.

Audiência na Alesc debate crise no Canal do Linguado em Barra do Sul

Audiência pública na Alesc discutiu assoreamento do Canal do Linguado e impactos à pesca e ao turismo em Barra do Sul



Vitor Wolff
Publicado em: 17 de dezembro de 2025

3 min.

Ouvir



Audiência na Alesc debate crise no Canal do Linguado em Barra do Sul - Foto: Daniel Conzi/Agência AL

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) promoveu, na noite desta quinta-feira (11), uma audiência pública para debater a situação crítica das guias de correntes do Canal do Linguado, em Balneário Barra do Sul. O encontro foi realizado pela Comissão de Pesca e Aquicultura e reuniu pescadores, lideranças locais, órgãos ambientais, prefeitura e especialistas.

Proponente do debate, a deputada Paulinha (Podemos) alertou para a urgência da obra. Segundo a parlamentar, o assoreamento do canal tem inviabilizado a economia local e coloca em risco a própria existência do município. Ela destacou que a recuperação do molhe é prioridade e que outras intervenções, como o engordamento da faixa de areia, serão discutidas em etapas posteriores.

O Canal do Linguado, principal ligação entre a Baía da Babitonga e o oceano, responde por cerca de 70% da atividade pesqueira do município. Dados técnicos indicam redução da profundidade para menos de 1,5 metro em alguns trechos, o que compromete a navegação, gera prejuízos econômicos e aumenta os riscos aos pescadores.

Além da pesca, o problema afeta o turismo náutico e o desenvolvimento da região portuária. Estudos apontam a necessidade de dragagem emergencial, recuperação das guias de correntes e construção de espigões e molhes, projetos que ainda dependem de licenciamento ambiental.

Durante a audiência, deputados da Bancada Regional do Norte anunciaram o investimento de R\$ 1,5 milhão para estudos ambientais voltados ao desassoreamento do canal. Ao final, foi definida a criação de uma comissão técnica para reunir documentos existentes e articular, junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA), um cronograma de ações.

FIQUE BEM INFORMADO:

Fique por dentro do que acontece em Santa Catarina!
Entre agora no nosso canal no WhatsApp e receba as principais notícias direto no seu celular.
[Clique aqui e acompanhe.](#)



BALNEÁRIO BARRA DO SUL CANAL DO LINGUADO PESCA ARTESANAL



**Educação
em primeiro lugar
2025**



Reconhecendo talentos na rede pública e investindo no futuro com prêmios que impulsionam o aprendizado.
Junte-se a nós nesta jornada de valorização!



**Luzes
de Natal
2025**



O concurso que premia as mais belas e criativas decorações natalinas.
APOIO:

Elevado entre as BRs 282 e 158 será inaugurado nesta quinta-feira

Última atualização 17 de dezembro de 2025 - 08:26:18

O elevado que liga as BRs 282 e 158, em Maravilha, será inaugurado nesta quinta-feira (18), a partir das 15 horas, no local da obra. A estrutura é considerada estratégica para melhorar a mobilidade, garantir mais segurança no trânsito e organizar o fluxo em um dos principais entroncamentos rodoviários do Oeste catarinense.

O deputado estadual Mauro De Nadal, um dos principais articuladores da obra, destaca que a entrega do elevado representa o resultado de uma luta de longa data.

“Essa obra não começou hoje. É uma luta da qual eu nunca abri mão. Foram anos de diálogo, cobrança e persistência para que esse entroncamento tivesse uma solução definitiva. Agora, ela se torna realidade e passa a ser símbolo de segurança e progresso para toda a região”, afirmou o parlamentar.

De Nadal ressalta ainda a importância da cooperação entre diferentes esferas do poder público para a concretização do projeto.

“Foi a soma de trabalho entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Governo do Estado, a Prefeitura de Maravilha e o DNIT que tornou esse projeto possível. É assim, com muito trabalho e fé, que a gente resolve as demandas dos catarinenses”, concluiu.

O elevado integra um conjunto de melhorias na infraestrutura viária da região e tem impacto direto na qualidade de vida da população, no deslocamento diário de trabalhadores e no escoamento da produção, fortalecendo o desenvolvimento econômico do Oeste de Santa Catarina.

Fonte: ASCOM



Foto: ASCOM

leia [também](#)

Início > Geral > Criciúma avança na cessão da área da antiga Cecrisa e em aportes do Estado

GERAL

Criciúma avança na cessão da área da antiga Cecrisa e em aportes do Estado

Reuniões no Governo do Estado alinharam uso do imóvel e investimentos para obras

De Redação — Em 17 dez, 2025 | 11:00 — Últimas atualizações 17 dez, 2025 | 00:50



Foto: Renan Medeiros

Compartilhar f Facebook +

O Governo de Criciúma cumpriu agendas no Governo do Estado nesta terça-feira (16). Acompanhado do presidente da Assembleia Legislativa catarinense, deputado Julio Garcia, o prefeito Vagner Espindola avançou na transferência do imóvel da antiga Cecrisa, no bairro Nossa Senhora da Salete, e de questões administrativas sobre aportes estaduais para obras estruturantes em Criciúma.

Na primeira agenda, com o secretário de Estado da Administração, Vânio Boing, foi debatida a efetivação da transferência do imóvel, que atualmente pertence à Celesc, para o Município. A intenção é abrigar no espaço empresas de alta tecnologia e valor agregado.

“Por sugestão do deputado Julio Garcia, ficou acordada uma permissão de uso até que o registro seja oficialmente feito em nome do Município. Isso possibilitará darmos início à demolição dos antigos pavilhões de forma mais célere”, afirmou o prefeito de Criciúma.

Obras estruturantes

Em outras duas reuniões no Centro Administrativo, com a secretária-geral de Governo, Danieli Porporatti, e com o secretário de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert, Vagner e Julio avançaram em questões administrativas envolvendo os aportes do Governo do Estado para viabilizar obras estruturantes em Criciúma. No início de dezembro, o governador Jorginho Mello autorizou o repasse de R\$ 240 milhões em investimentos na cidade.

Entre esse total, estão R\$ 60 milhões destinados ao elevado sobre a Avenida Centenário, na altura do bairro Pio Corrêa, o viaduto da rodovia Luiz Rosso, nas proximidades do quartel, assim como a trincheira e o elevado no Rio Maina. Deste montante, R\$ 30 milhões são recursos devolvidos ao Governo do Estado pela Assembleia Legislativa.

“Foram agendas produtivas e que nos deixaram mais perto de fazer de Criciúma um canteiro de obras no decorrer de 2026. Os projetos e trâmites estão fluindo muito bem”, avaliou o prefeito.

Compartilhar f Facebook t Twitter Telegram M O Mail

Inicial > Destaques > Mauro De Nadal: elevado entre as BRs 282 e 158 será inaugurado nesta quinta-feira

Destaques

Mauro De Nadal: elevado entre as BRs 282 e 158 será inaugurado nesta quinta-feira

17 de dezembro de 2025



O elevado que liga as BRs 282 e 158, em Maravilha, será inaugurado nesta quinta-feira (18), a partir das 15 horas, no local da obra. A estrutura é considerada estratégica para melhorar a mobilidade, garantir mais segurança no trânsito e organizar o fluxo em um dos principais entroncamentos rodoviários do Oeste catarinense.

O deputado estadual Mauro De Nadal, um dos principais articuladores da obra, destaca que a entrega do elevado representa o resultado de uma luta de longa data.

"Essa obra não começou hoje. É uma luta da qual eu nunca abri mão. Foram anos de diálogo, cobrança e persistência para que esse entroncamento tivesse uma solução definitiva. Agora, ela se torna realidade e passa a ser símbolo de segurança e progresso para toda a região", afirmou o parlamentar.

De Nadal ressalta ainda a importância da cooperação entre diferentes esferas do poder público para a concretização do projeto.

"Foi a soma de trabalho entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Governo do Estado, a Prefeitura de Maravilha e o DNIT que tornou esse projeto possível. É assim, com muito trabalho e fé, que a gente resolve as demandas dos catarinenses", concluiu.

O elevado integra um conjunto de melhorias na infraestrutura viária da região e tem impacto direto na qualidade de vida da população, no deslocamento diário de trabalhadores e no escoamento da produção, fortalecendo o desenvolvimento econômico do Oeste de Santa Catarina.

Gostou desse
espaço?

Se você viu, seu cliente também verá!

ANUNCIE AQUI

PRISCO



ARTIGOS

As vozes que ainda não chegam aqui: por que acabar com as cotas raciais em Santa Catarina é um erro. Por Paulinha

Artigo

dezembro 17, 2025

Artigo de Ana Paula da Silva (Paulinha), deputada estadual



A sessão da semana passada na Assembleia Legislativa ainda reverbera em mim. Enquanto eu falava sobre empatia, sobre humanidade e sobre aquilo que separa um Estado justo de um Estado indiferente, retornei mentalmente a um episódio que vivi alguns anos atrás. Um jovem de apenas 18 anos, amigo de uma das minhas filhas, compartilhou comigo uma verdade dura que carrega desde cedo:

“Tia, eu não posso sair na rua como a tua filha. Se eu estiver de moletom e chinelo, alguém vai me parar. Eu não posso esquecer a carteirinha no restaurante da faculdade, mas meus amigos brancos podem; a minha sempre será conferida. Eu não posso estar mal vestido num ônibus, senão vão puxar a bolsa achando que vou roubar.”

Esse relato não é um ponto isolado. É um retrato. E, para percebê-lo, bastava olhar ao redor: quantas pessoas negras ocupavam cadeiras no parlamento? Quantas chegam a algum espaço de decisão? A ausência não é fruto do acaso; é consequência direta de como construímos e limitamos o acesso às oportunidades.

O relato acima era, na verdade, a premissa de um diagnóstico. E, se a dimensão humana ainda não bastar, os números bastam.

Segundo o Censo de 2022, cerca de 24% da população catarinense é negra, quase um quarto do estado. São homens e mulheres que estudam, trabalham, criam seus filhos e constroem o nosso futuro. Ainda assim, pela forma como a Lei de Cotas está estruturada, essa presença de 24% se converte em apenas 12% das vagas destinadas a estudantes negros nos vestibulares, metade do que seria proporcional à nossa demografia.

Para visualizar isso, pense em 100 vagas. Primeiro, 50 vão para estudantes que vieram integralmente da rede pública. Depois, dentro desses 50, acontece a divisão entre renda e, por fim, entre grupos raciais. A matemática é simples e contundente. Para uma população negra de 24%, o resultado final se traduz em apenas 12 vagas, isto é, 12%.

É esse conjunto mínimo de oportunidades que o projeto aprovado eliminou. Não estamos falando de privilégios. Estamos falando de um espaço já limitado, que agora corre o risco de se tornar ainda menor.

A ciência reforça aquilo que a realidade mostra. Pesquisas amplas e consistentes sobre o desempenho de cotistas no ensino superior brasileiro confirmam que estudantes ingressantes pelas cotas não têm desempenho inferior¹, não rebaixam a qualidade do ensino e não prejudicam colegas. Em muitos casos, apresentam resultados iguais ou ligeiramente melhores², e eventuais diferenças iniciais desaparecem ao longo do curso. Outros estudos mostram que cotistas demonstram maior esforço acadêmico e não produzem externalidades negativas³.

No mercado de trabalho, o movimento é semelhante. Pesquisas mostram que jovens que ingressam pela política de cotas têm maior probabilidade de alcançar posições de liderança. E há um ponto central neste debate: cotas apenas por renda não produzem diversidade racial. Quem muda o perfil racial da universidade são as cotas raciais⁴.

Os dados do Censo 2022 trazem a confirmação mais impactante desse avanço. Em pouco mais de duas décadas, a proporção de brasileiros negros com ensino superior completo mais que quintuplicou. Entre pessoas pardas, o salto foi de 2,4% para 12,3%. Entre pessoas pretas, de 2,1% para 11,7%. Trata-se de um dos avanços sociais mais notáveis dos últimos tempos, e ele não aconteceu por acaso. Foi resultado de uma política pública, porque houve lei, porque o Estado Brasileiro decidiu abrir uma porta.

Ainda assim, quando olhamos para cursos como medicina, economia ou odontologia, vemos que essa presença ainda é mínima. A desigualdade não foi superada; ela apenas começou a ser enfrentada. Pela primeira vez, a universidade pública passou a refletir minimamente a sociedade real, e não apenas uma parte dela. Isso não é discurso. É evidência.

Interromper esse processo agora não apenas estanca o avanço. Reverte o avanço. Recoloca para fora das salas de aula uma juventude que, finalmente, havia encontrado um caminho possível.

Muito se fala em mérito. Mas o mérito só é legítimo quando parte de pontos minimamente comparáveis. Como medir mérito em um estado em que um jovem branco pode circular com tranquilidade e um jovem negro precisa apresentar diariamente provas de inocência, de pertencimento e de legitimidade? A política de cotas não produz desigualdade. Ela tenta corrigir desigualdades que antecedem a escola, a universidade e o vestibular.

É ainda mais revoltante perceber que esse debate, muitas vezes, seja reduzido à disputa ideológica. A comunidade negra de Santa Catarina não é um bloco homogêneo. Entre homens e mulheres negros há pessoas de esquerda, de direita, de centro e de ideologia nenhuma. O que os une não é o posicionamento político. O que os une é a experiência de viver sob desconfiança maior, sob risco maior e sob oportunidades menores.

Por isso lamento profundamente a decisão tomada na semana passada na Assembleia Legislativa. Ela não é apenas um retrocesso institucional. É uma recusa simbólica a reconhecer que Santa Catarina ainda produz barreiras. E toda recusa em reconhecer desigualdades tem um custo. Sem acesso à universidade, a ausência se reproduz. Sem presença negra nas formações de prestígio, menos líderes negros teremos. Sem presença negra nas carreiras, não haverá negros no Parlamento, nos tribunais, nas redações e nos conselhos profissionais.

E permanece a pergunta que ecoou no plenário da Alesc e continua a ecoar hoje: **onde estão as vozes que ainda não chegam aqui?**

Eliminar essas doze vagas não aproxima essas vozes do espaço público. Apenas garante que sigam do lado de fora, esperando por um Estado que, mais uma vez, escolheu não ouvi-las.

Notas:

¹Valente, R.; Berry, J. “Performance of affirmative action students in Brazilian universities” (2017).

²Francis, A.; Tannuri-Pianto, M. Estudos sobre desempenho e progressão de cotistas.

³Pelegriini, T. et al. Pesquisas sobre esforço acadêmico e impactos das cotas (2022).

⁴Vieira, P.; Arends-Kuenning, M. Estudos sobre diferenças entre cotas raciais e sociais na promoção de diversidade (2019).

COMPARTILHE

 FACEBOOK

 TWITTER

 LINKEDIN

 REDDIT

Últimos posts

Anúncios e chamada para o mailing

Name

Email

INSCREVER



BLOG

Júlio Garcia fala em “harmonia”, diz que falta planejamento do governo e descarta ser vice em 2026; veja o que rolou na coletiva do JG

Maga Stopassoli dezembro 17, 2025

Brinquei no Instagram que hoje havia dois eventos internacionais: a final da Copa Intercontinental entre Flamengo e PSG e a coletiva do presidente da Alesc, Júlio Garcia. O Flamengo, você sabe, perdeu. Júlio, por sua vez, entrou em campo para mandar seus recados, alguns sutis, outros nem tanto.

Entre os assuntos que pautaram a coletiva de imprensa com o presidente, um resumo da Alesc em números, a reestruturação do setor de comunicação da Casa e, claro, política.

Júlio destacou que a Alesc devolveu aos cofres do governo do Estado R\$ 403 milhões, resultado da economia de recursos do Parlamento estadual. O dinheiro foi repassado ao Executivo ao longo do ano. Ele também exaltou a Alesc Itinerante, implantada na gestão do deputado Mauro de Nadal (MDB), iniciativa mantida pela atual administração.

Reestruturação da Comunicação

Em seu quarto mandato como presidente, Júlio afirmou que percebeu a necessidade de aproximar o Parlamento da população. Para isso, a Assembleia promoveu uma reestruturação na diretoria de comunicação.

“A comunicação evoluiu muito nos últimos tempos, né? E é muito importante que a gente possa se comunicar com aquele que nós representamos, né?”, disse.

Questionado pelo jornalista João Paulo Messer sobre o ano eleitoral de 2026 e a antecipação das eleições, Júlio afirmou que quem antecipou o processo foram os candidatos, não a Alesc.

“A antecipação da eleição se dá por conta dos candidatos, né? A Assembleia não antecipou a eleição do ano que vem. Os candidatos é que podem ter antecipado, né? E fazer um exercício de futurologia para saber o que vai acontecer no ano que vem já fica muito difícil. Eu não cheguei nesse nível ainda.”

Já o colega de portal, Upiara Boschi, perguntou sobre a votação da última semana do projeto de lei das cotas raciais. Júlio Garcia não entrou na polêmica e lembrou que “o presidente não vota”. Disse, ainda, que a Alesc é composta por uma fatia da sociedade e que, assim como ocorreu no plenário, há na sociedade quem concorde e quem discorde do projeto aprovado.

“A Assembleia é uma fatia daquilo que é a sociedade. Não me cabe, como presidente, comentar projeto de origem parlamentar ou projeto dos meus colegas. Eu, como presidente, não voto em projetos, apenas quando há empate. O projeto foi aprovado na Assembleia, as manifestações contrárias existiram, as favoráveis também, e agora cabe ao governador sancionar ou vetar. Essa pergunta fica boa para o governador.”

Perguntado sobre infraestrutura e saneamento, Júlio fez uma crítica direta ao governo do Estado e disse que falta planejamento.

“Os dois temas são muito importantes. Acho que o governo não caminhou na velocidade desejada. Falta planejamento de curto, médio e longo prazo, de modo especial para a infraestrutura.”

E emendou:

“Se eu fosse governador, iria à Fiesc, pegaria o projeto, o diagnóstico da Fiesc, e faria dali um programa de curto, médio e longo prazo. Em relação ao saneamento também, nós temos um número bastante vergonhoso para Santa Catarina. A cobertura de saneamento, de tratamento de esgoto sanitário, é muito baixa. Um número que realmente não está à altura dos demais índices do Estado.”

Pré-candidato a vice?


Por falar em antecipação das eleições, a escolha do vice do governador e pré-candidato à reeleição, Jorginho Mello, também é uma das grandes perguntas do ano. Júlio, volta e meia, surge como possibilidade de composição com Jorginho. Ele, no entanto, descartou a hipótese.

“O meu projeto para o ano que vem está definido. Eu tenho dito isso: sou pré-candidato a deputado federal e estou muito feliz com a minha pré-candidatura.”

Se pudesse resumir o ano de 2025 em uma palavra, perguntei a ele.
“Harmonia”, respondeu.

O post [Júlio Garcia fala em “harmonia”, diz que falta planejamento do governo e descarta ser vice em 2026; veja o que rolou na coletiva do JG](#) **apareceu primeiro em** [Maga Stopassoli](#).

Os colunistas são responsáveis pelo conteúdo de suas publicações e o texto não reflete, necessariamente, a opinião do site Upiara.



Maga Stopassoli

Últimos posts

Anúncios e chamada para o mailing

INSCREVER



UPIARA BOSCHI

Júlio Garcia descarta ser vice e cobra de governo Jorginho avanço em infraestrutura e saneamento

Upiara Boschi dezembro 17, 2025

Na tradicional entrevista coletiva de encerramento do ano legislativo, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Júlio Garcia (PSD), foi fiel ao seu estilo: polido na forma, mas contundente no conteúdo político. Ao traçar o cenário para 2026, o pessedista não apenas confirmou sua pré-candidatura a deputado federal, como enviou um recado claro, ainda que nas entrelinhas, de que não está nos seus planos compor como vice na chapa de reeleição do governador Jorginho Mello (PL).

– O meu projeto é definido: sou pré-candidato a deputado federal – afirmou Júlio Garcia.

Questionado pela jornalista **Maga Stopassoli**, colunista do **Portal Upiara**, sobre se a resposta poderia mudar caso houvesse um convite real, ele brincou:

– Se houver convite eu vou dizer que estou muito feliz com minha pré-candidatura a deputado federal.



Foto: Jeferson Baldo, Agência AL.

Júlio Garcia fez críticas diretas e indiretas à gestão de Jorginho Mello. Embora tenha elogiado a harmonia institucional entre os poderes — creditando a ela a estabilidade política de Santa Catarina em contraste com a polarização nacional — ele foi incisivo ao cobrar o ritmo das entregas em infraestrutura e saneamento.

Para o deputado, o governo “não caminhou na velocidade desejada” nestas áreas cruciais. A crítica veio acompanhada de um diagnóstico político afiado: segundo Garcia, a necessidade de medidas estruturantes, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs) para universalizar o saneamento e melhorar rodovias, esbarra no calendário eleitoral.

– A reeleição atrapalha isso – disparou, sugerindo que o temor de desgaste político em um projeto de continuidade impediu o governo de tomar decisões ousadas e necessárias.

O pessedista recorreu a uma situação hipotética para apontar o caminho que considera ideal, citando a Federação das Indústrias (Fiesc)

– Eu costumo dizer, brincando, mas é uma verdade: se eu fosse candidato a governador, eu ia na Fiesc, pegava o planejamento que eles têm e trazia para o governo. Porque o Estado não tem cultura de planejamento – disse o parlamentar.

Júlio Garcia evita comentar proibição de cotas raciais

No balanço institucional, o presidente celebrou números superlativos em 2025. A Alesc registrou um aumento de 38,5% na aprovação de projetos em relação ao ano anterior, totalizando 146 matérias de origem governamental e 780 parlamentares.

Garcia destacou a devolução de R\$ 403 milhões aos cofres do Executivo e citou como vitórias legislativas a regulamentação dos limites intermunicipais e as leis de proteção ao produtor de leite catarinense. Segundo ele, o parlamento manterá o ritmo de trabalho em 2026, blindando a pauta legislativa das disputas eleitorais.

Questionado sobre o projeto aprovado no dia 10 de dezembro, que proíbe o repasse de recursos estaduais a instituições de ensino superior que adotam o sistema de cotas raciais, Júlio Garcia esquivou-se de emitir qualquer juízo de valor. Apegando-se à liturgia do cargo, limitou-se a lembrar que, como presidente, só manifesta seu voto em caso de empate no plenário.

– Eu não votei. O presidente só vota em caso de empate. Não houve empate, portanto eu não votei. O plenário é soberano, aprovou a matéria. Agora, ela vai para o governador. O governador sanciona ou veta. Portanto, a pergunta tem que ser dirigida a ele.

#destaque

COMPARTILHE

 FACEBOOK

 TWITTER

 LINKEDIN

 REDDIT

Upiara Boschi

Últimos posts

Anúncios e chamada para o mailing

Name

Email

INSCREVER

ALESC aprova projeto que extingue cotas raciais em universidades estaduais de Santa Catarina



Por Rádio Guarujá

17/12/2025

12h.30

Foto/Alesc

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) aprovou o projeto de lei que extingue as cotas raciais para ingresso na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e em instituições de ensino que recebem recursos do Poder Executivo estadual. A proposta é de autoria do deputado estadual Alex Brasil (PL) e, para entrar em vigor, ainda depende da sanção do governador Jorgeinho Mello.

Na manhã desta quarta-feira (17), o Jornal da Guarujá conversou com o parlamentar, que avaliou a repercussão do projeto após a aprovação em plenário. Segundo Alex Brasil, o debate acalorado já era esperado. “Acabou acontecendo o que a gente imaginava. Era um projeto considerado pela esquerda o pior projeto do mundo a ser aprovado na Assembleia. Eles fizeram de tudo para travar nas comissões, mas no plenário não tinham votos para barrar”, afirmou. A proposta foi aprovada com apenas sete votos contrários.

De acordo com o deputado, a discussão ultrapassou os limites do estado. "O debate não ficou só em Santa Catarina, foi a nível nacional. Outras Assembleias já começam a acenar na possibilidade de aprovar projetos similares", disse. Para ele, a repercussão preocupa o governo federal, que, segundo suas palavras, "tem por hábito tentar colocar a sua militância e seus grupos de interesse dentro da máquina pública".

Alex Brasil explicou que o projeto aprovado estabelece novos critérios para o acesso a cotas e bolsas, com foco na renda. "Agora a gente tem critério bem claro: fará jus quem realmente tem problema de ordem financeira, quem tem renda familiar baixa e não consegue pagar uma universidade. Essas pessoas estão amparadas pela lei", destacou. Ele acrescentou que estudantes que cursaram integralmente a escola pública e pessoas com deficiência (PCDs) também sequeham contemplados.

O parlamentar afirmou ainda que a proposta não se limita ao ingresso em universidades, mas também se estende aos concursos públicos estaduais. Segundo ele, ao longo do tempo foram criadas diversas modalidades de cotas, o que, na avaliação do deputado, acabou extrapolando os critérios originais. Alex Brasil citou como exemplo a existência de ações afirmativas voltadas a diferentes grupos e defendeu que não é razoável conceder prioridade a pessoas de outros estados em detrimento de catarinenses, que, conforme destacou, são os contribuintes responsáveis pelo financiamento das universidades por meio dos impostos.

Segundo Alex Brasil, a aprovação do projeto já provocou recuos. “Recebi informação de que, na última semana, iriam aprovar mais cotas, mas tiraram de pauta depois da aprovação da lei aqui. Já é uma vitória nossa”, afirmou. Ele disse que agora o momento é de aguardar a decisão do governador. “Sancionando, vira lei de fato. A gente sabe que isso vai acabar sendo judicializado e temos que estar preparados para esse confronto.”

Questionado sobre a sanção, o deputado afirmou que ainda não conversou diretamente com o governador. "Assim que terminou a votação eu viajei, fui ao Chile e voltei ontem. Mas o governador já se manifestou anteriormente contra esse tipo de cota. Ficaria muito ruim ele ir contra o que ele mesmo defendeu publicamente", avaliou.

O deputado também comentou manifestações contrárias ao projeto, inclusive de integrantes do governo estadual e federal. Sobre a possibilidade de intervenção federal, afirmou que isso representaria uma quebra do pacto federativo. "Se a Assembleia e o governador não puderem decidir onde aplicar o recurso do Estado, não tem mais pacto federativo", disse. Ele também criticou eventuais decisões judiciais contrárias. "Se uma caneta de um magistrado derrubar o que um parlamento decidiu, isso não é democracia."

Alex Brasil disse não ter dúvidas de que a proposta será judicializada. "A esquerda não tem voto para aprovar seus projetos. Quando perde no plenário, leva para o Judiciário. Hoje o Judiciário está interferindo nos outros poderes", afirmou. Segundo ele, recuar por medo de decisões judiciais inviabilizaria o papel do Legislativo. "Se a Assembleia deixar de legislar por causa disso, é melhor fechar as portas."

Sobre as críticas de inconstitucionalidade, o deputado ressaltou que o projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). “Na CCJ só teve um voto contrário, justamente do deputado do PT. Dá para entender que foi muito mais ideológico do que constitucional”, declarou. Ele afirmou que a proposta está amparada na Constituição. “Os recursos vão para quem realmente precisa. É uma regra justa, que atende pessoas de baixa renda, independentemente de raça. Isso abrange negros, pardos, brancos, enfim. O problema é que contraria a ideologia da esquerda.”

O projeto agora aguarda a decisão do governador Jorginho Mello para ser sancionado ou vetado.

Confira entrevista completa

<https://www.youtube.com/watch?v=nKQOoHkjsQ8>



COMPARTILHE ESSA NOTÍCIA



Taxação dos EUA preocupa setor madeireiro de SC

GERAL

03/04/2025 às 14h37



**Câmara de Lauro Müller
convoca prefeita para
esclarecer falta d'água no
Guatá**

GERAL

21/11/2024 às 13h59



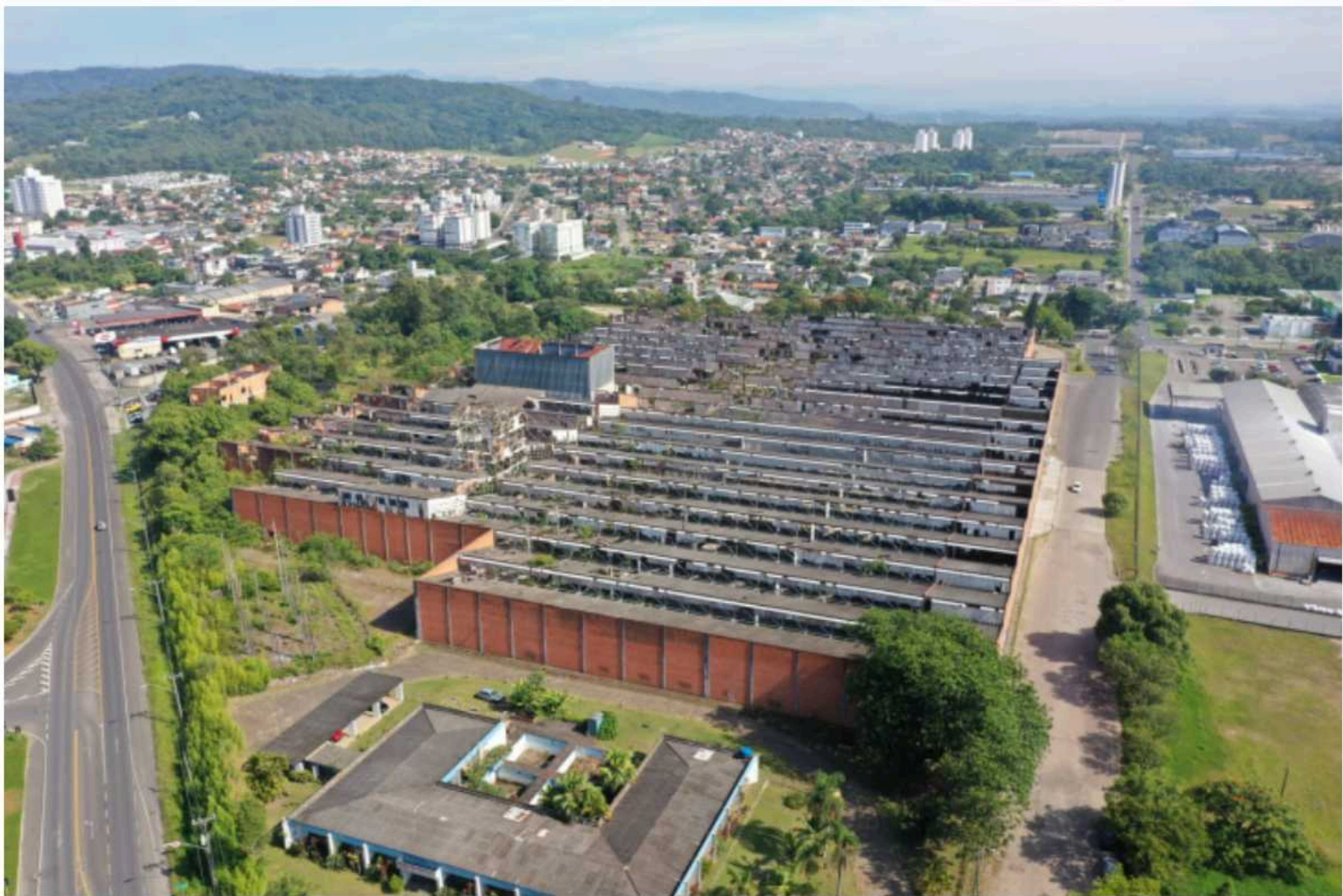
VER MAIS NOTÍCIAS

COTIDIANO

[Áudio] Criciúma destrava caminho para novo parque empresarial na Cecrisa

Município aguarda ajustes legais para viabilizar o projeto

Por Sophia Rabelo
Criciúma, SC, 17/12/2025 - 08:20 Atualizado em 17/12/2025 - 09:00



Criciúma avançou no processo para assumir a área dos antigos pavilhões da Cecrisa/ Foto: Divulgação

Quer receber notícias como esta em seu Whatsapp? [Clique aqui e entre para nosso grupo](#)

O município de Criciúma avançou no processo para assumir a área dos antigos pavilhões da Cecrisa, onde está previsto o futuro Parque Empresarial Leonardo da Vinci. O prefeito Vagner Espindola (PSD), o Vaguinho, destacou que todas as etapas que dependiam da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) já foram concluídas ao longo do ano anterior.

O impasse atual está concentrado em questões legais envolvendo matrículas do imóvel, que pertenciam ao Estado e estavam ligadas a um processo de permuta, além de outras áreas que não ficam em Criciúma.

“Aquilo que dependia da Celesc já foi encaminhado durante o ano. Agora estamos tratando exclusivamente das matrículas e das questões legais”, explicou Vaguinho.

LEIA MAIS SOBRE O TEMA

- Antigo pavilhão da Cecrisa pode virar parque tecnológico em Criciúma
- Veja como será o parque empresarial no antigo pavilhão da Cecrisa

Projeto de lei será encaminhado à Assembleia Legislativa

Durante a reunião na Secretaria de Administração do Estado, ficou definido que um novo projeto de lei será enviado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O texto vai tratar apenas das áreas que dizem respeito ao município, retirando matrículas que não têm relação com Criciúma. A expectativa é que o projeto seja protocolado nas primeiras sessões da Assembleia, previstas para o início de fevereiro.

Permissão de uso deve liberar início das demolições

Paralelamente à tramitação do projeto de lei, o Estado deve conceder à Prefeitura a permissão de uso da área dos pavilhões. Com isso, o município poderá iniciar as demolições controladas ainda em janeiro. “Enquanto esse projeto de lei tramita, o Estado já vai nos dar a permissão de uso para que a gente possa entrar com o maquinário e iniciar as demolições controladas dos pavilhões”, afirmou o prefeito.

De acordo com Vaguinho, a permissão de uso deve ser protocolada na segunda quinzena de janeiro, permitindo que o município avance com as intervenções no local.

A regularização da área é considerada fundamental para a implantação do Parque Empresarial Leonardo da Vinci. Conforme o prefeito, já há investidores interessados, mas a segurança jurídica é condição para o início dos projetos. “Quem vai investir precisa ter segurança jurídica para fazer o investimento. É isso que estamos trabalhando agora”, concluiu Vaguinho.

Ouç a entrevista com o Prefeito de Criciúma, Vagner Espindola:

Privacy Badger has replaced this Spotify Player widget

Allow once

Always allow on this site

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Nadando de braçadas



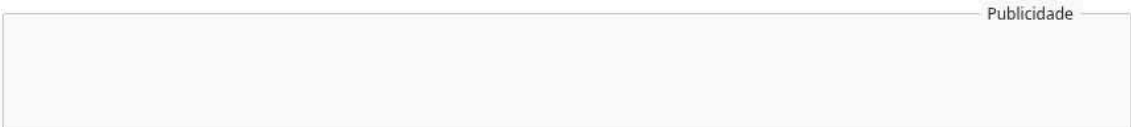
Claudio Prisco
Paraíso



Por: Claudio Prisco Paraíso

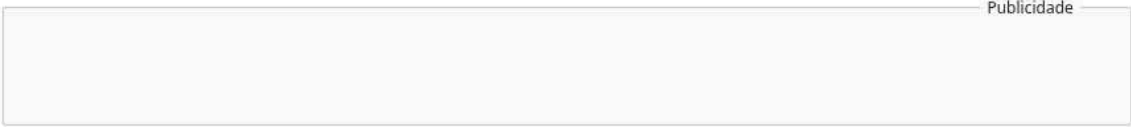
18/12/2025 - 07:12

O Instituto Mapa realizou amplo levantamento sobre a sucessão ao governo do Estado em 2026. Foram pesquisas realizadas ao longo da primeira quinzena de dezembro, em 53 dos 295 municípios catarinenses, com confiabilidade na casa dos 95%.



Vamos começar pelo levantamento espontâneo, aquele em que o consultado, o eleitor em potencial, apresenta os nomes sem nenhum estímulo, com base exclusivamente na sua lembrança.

Nesse cenário, praticamente só há um candidato presente na memória do catarinense: o governador Jorginho Mello, com mais de 30%. Em segundo e terceiro aparecem João Rodrigues e Décio Lima, ambos na casa do dígito único. O pessedista João alcança pouco mais de 6 pontos percentuais. Já o petista Décio, que disputou o governo em duas oportunidades, passa um pouco dos dois pontos.



CLIQUE E ASSINE O JORNAL O CORREIO DO POVO!

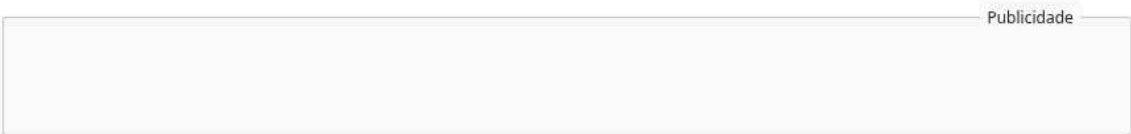
No cenário estimulado, o que se observa? Jorginho vai a 56%. João Rodrigues fica com 17% e Décio Lima chega a 10%.

Claudicantes

Claro que outras candidaturas poderão surgir. Ou, ainda, esses dois nomes — João e Décio — podem eventualmente ser substituídos. Mas a folga para que a eleição seja liquidada pelo atual governador no primeiro turno é significativa.

Guinada?

Portanto, trata-se de uma eleição em que muita coisa precisará acontecer em Santa Catarina para que haja segundo turno. Hipoteticamente, o instituto projeta um cenário entre Jorginho Mello e João Rodrigues no segundo turno. A vantagem é muito expressiva para o governador, com placar de 58% a 21%.



Aham

João Rodrigues conta com a possibilidade de a esquerda lhe dar respaldo no segundo turno. Contudo, ele é tão à direita quanto Jorginho Mello, e as coisas, nas urnas, não funcionam assim.

Refrescando

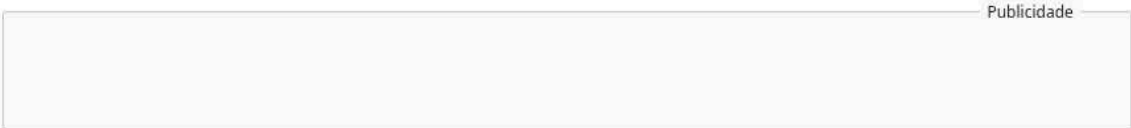
Basta observar as eleições de 2018, quando chegaram ao segundo turno dois nomes conservadores: Carlos Moisés da Silva, a surpresa, e Gelson Merisio, do PSD. O pessedista chegou ao segundo turno com pequena vantagem sobre o então ilustre desconhecido.

Redução

O que ocorreu no segundo turno? Um resultado próximo de 70% a 30%. Gelson Merisio fez, no segundo turno, cerca de 50 mil votos a menos do que no primeiro. Ou seja, não levou os votos da esquerda.

Modus operandi

Em disputas desse tipo, eleitores de esquerda costumam anular o voto, votar em branco ou simplesmente não comparecer. Simples assim. Não votam em quem não integra o seu campo ideológico.



Natural

Voltando à pesquisa do Mapa, quando se observa a rejeição, a liderança absoluta é, evidentemente, de Décio Lima, com mais de 50%. Mais da metade do eleitorado o rejeita de imediato.

Cai fora

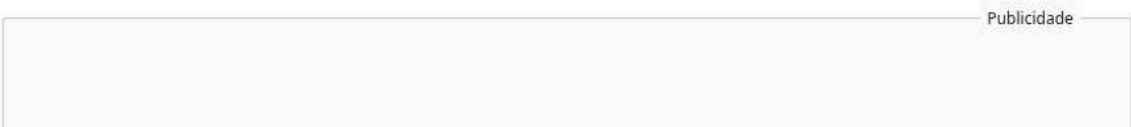
É por isso que ele não deseja ser candidato pela terceira vez consecutiva ao governo e tenta se inserir na disputa ao Senado, apostando no segundo voto para beliscar a vaga.

Aleluia

Não por acaso, Santa Catarina é um dos estados mais avessos à esquerda no país. Nunca foi governado por esse campo político, e Décio não quer amargar uma terceira derrota consecutiva.

Pulverização

O aliado de Lula enxerga alguma perspectiva — ainda que remota — caso haja pulverização de candidaturas conservadoras ao Senado. Com muitos nomes disputando, ele poderia ter chance no segundo voto.



Margem

Mesmo completando o terceiro ano de governo, a rejeição a Jorginho Mello é baixa. A de João Rodrigues também é pequena, embora ele ainda seja pouco conhecido fora de seu reduto, Chapecó, já que nunca disputou uma maioria estadual.

Liquidação

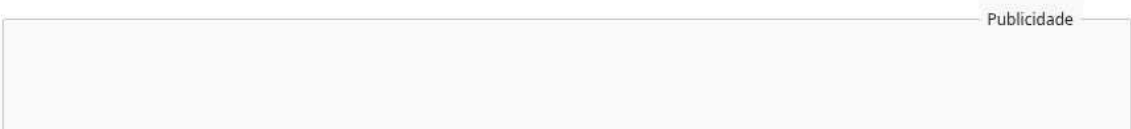
O quadro geral aponta, de forma clara, para a reeleição de Jorginho Mello — e no primeiro turno.

Desespero

A pesquisa reforça a estratégia da esquerda de buscar um nome conservador para a disputa ao governo, tentando assim alcançar um percentual mais significativo que ajude também na eleição da chapa proporcional para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa.

Camaleão

O nome que vem sendo sondado é o do ex-senador, ex-deputado federal e estadual e ex-vice-governador Paulo Bauer, que já passou pelo PDS, PFL e PSDB, e que agora poderia dar um cavalo de pau, saindo da centro-direita para filiar-se a um partido de esquerda, o PSB — Partido Socialista Brasileiro.



Claudio Prisco Paraíso